



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2023

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento

Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita

Ex.^{mos} Srs. José Rui Cardoso
Silvestre Mendes

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 10 minutos.

A Mesa deu conta da leitura dos expedientes e documentos dados entrada na Assembleia Nacional.

Em declaração política do (MLSTP/PSD), o Deputado Raúl Cardoso acusou o XVIII Governo Constitucional, suportado pelo ADI, de «andar a brincar com a vida dos são-tomenses», ao submeter à Assembleia o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2023 5 meses depois da sua entrada em funções, defendendo que o XVII Governo «enfrentou as piores crises que o País e o Mundo conheceram, que tiveram impacto impacto brutal no desempenho do governo»; e instou o Governo a se concentrar na procura de verdadeiras soluções que o País precisa.

Em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Levy Nazaré falou sobre a situação do País nos últimos tempos, e pediu ao Governo para se centrar nos problemas da população.

O Sr. Deputado José António Miguel (ADI) partilhou uma mensagem de encorajamento de um cidadão ao Governo do ADI, liderado pelo Dr. Patrice Trovoada.

Ainda em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) chamou atenção à Mesa para a condução dos trabalhos. Falou também das cooperativas agrícolas e do incentivo aos investimentos privados estrangeiros, tendo pedido ao Governo para resolver a contenda entre a empresa Safebond e o Estado são-tomense.

Por sua vez, o Deputado Eláckio da Marta (MLSTP/PSD) afirmou que o Governo, em vez de defender a os interesses da população, como o prometido, está a defender os interesses familiares, citando o aumento dos produtos de primeira necessidade no País.

Também, no mesmo quadro, o Deputado Teodorico Campos (ADI) levantou alguns aspectos que têm a ver com a gestão dos fundos das cooperativas, e sugeriu a injecção de fundos para as pistas rurais, para facilitar o

escoamento dos produtos.

Ordem do dia. – Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, os Textos Finais das Propostas de Resolução n.ºs 6 e 7/XII/1.^a/2023 – Assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência dos Navios Patrulhas «NPR Setúbal» e «NPR Centauro» da Marinha Portuguesa nas nossas águas territoriais. Usaram da palavra, além do Ministro da Presidência do Conselho dos Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Gareth Guadalupe, os Deputados Wuando Castro (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI) e Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD).

O Plenário apreciou e aprovou também, na generalidade, especialidade e em votação final global, o Projecto de Resolução n.º 30/XII/1.^a/2023 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2023, tendo usado da palavra, para além do Presidente do Conselho de Administração (Ekeneide Santos), que respondeu às questões levantadas, Srs. Deputados Danilo Santos (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN), Levy Nazaré (BASTA), Abnildo d' Oliveira (ADI), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), Pedro Carvalho (ADI) e José António Miguel (ADI).

O Plenário aprovou também, na generalidade, especialidade e em votação final global o Texto Final das Propostas de Resolução n.º 02/XII/1.^a/2023 – Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa e n.º 03/XII/1.^a/2023 – Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde sobre Cooperação no Domínio da Defesa. Usaram da palavra o Ministro da Presidência do Conselho dos Ministros e dos Assuntos Parlamentares e o Sr. Deputado Edmilson das Neves, que apresentaram as propostas e os pareceres, respectivamente.

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 17 horas e 30 minutos.

Sra. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, bom dia.
Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira

Afonso da Graça Varela da Silva

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro da Conceição Lima

Arlindo Quaresma dos Santos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Celisa Maria Martins dos Reis Aguiar

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das Neves Amoço

Ekneide Lima dos Santos

Honório Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Ivo Mendonça da Costa

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral D' Alva

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d' Abreu

Orlando Borges da Mata

Ossáquio Perpetua Riôa

Pedro Jorge de Abreu e Carvalho

Silvestre Moreno Mendes

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino José da Costa

Adlander Costa de Matos

Arlindo Barbosa Semedo

Ayza Fortes da Silva

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos Santos

Eláckcio Afonso da Marta

Ermilinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santana Monteiro D' Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Jorge Lopes de Bom Jesus

José Maria Afonso de Barros

José Rui Tavares Cardoso

Osvaldo António Cravid Viegas d' Abreu

Osvaldo Eduardo João

Raúl do Espírito Santo Cardoso
Wuando Borges Castro de Andrade

MCI-PS/PUN:
António dos Reis Faleiro
Baltazar Albertina Quaresma
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo
Eldimiro Emiliano Manuel
João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento Basta:
José Dias Carvalho
Levy do Espírito Santo Nazaré

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, esta é uma reunião plenária normal, a primeira reunião plenária agendada pela Mesa da Assembleia Nacional, nesta que é a 2.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, estando previsto o período antes da ordem do dia e os pontos da ordem do dia para serem analisados, discutidos e aprovados. Nós temos para o período antes da ordem do dia 60 minutos, distribuídos de forma proporcional pelas Bancadas e pelo Movimento BASTA. O ADI tem 33 minutos, MLSTP/PSD 20 minutos, MCI/PS-PUN 5 minutos e o Movimento BASTA 2 minutos.

Para o Período da Ordem do Dia temos para discussão 5 pontos, a que na altura devida faremos menção.

Portanto, para o período antes da ordem do dia, Sra. Secretária da Mesa, peço para fazer a leitura dos anúncios ou expedientes realizados pela Mesa.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vou proceder então à leitura das iniciativas que deram entrada na Mesa da Assembleia Nacional.

Projectos de Resolução. Temos a iniciativa n.^º 9/XII/1.^a/2022 da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Órgão de Recurso Colegial e Autónomo, deu entrada no dia 14 de Novembro de 2022 e teve a data de admissão no dia 16 de Novembro de 2022. Temos também o Projecto de Resolução n.^º 30/XII/1.^a/2023, da autoria do Conselho de Administração da Assembleia Nacional, que é o Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2023. Data de entrada foi no dia 24 de Março de 2023 e a data de admissão foi no dia 24 de Março de 2023. Este diploma está agendado para a reunião plenária de hoje.

Faltou-me dizer que, para a iniciativa anterior, está em falta a indicação dos candidatos.

Em termos de Propostas de Lei, temos a iniciativa n.^º 01/XII/1.^a/2023, da autoria do Governo, que aprova as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2023. Deu entrada no dia 07 de Abril de 2023, com a data de admissão no dia 14 de Abril de 2023, e já foi baixado para todas as Comissões, para análise e parecer.

De igual forma, a iniciativa n.^º 02/XII/1.^a/2023, da autoria do XVIII Governo Constitucional, que é o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2023, com a mesma data de entrada, que é o dia 07 de abril de 2023, admitido a 14 de Abril de 2023, também foi baixado a todas as Comissões, para análise e parecer.

Em termos de Propostas de Resolução, a iniciativa n.^º 01/XII/1.^a/2023, da autoria do XVIII Governo Constitucional, trata-se do Acordo de Cooperação Económica e Comercial entre o Governo da República da Turquia e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Deu entrada no dia 09 de Fevereiro de 2023, tem data de admissão de 13 de Fevereiro de 2023 e o mesmo foi baixado à 2.^a e 4.^a Comissões, para análise e parecer.

Iniciativa n.^º 02/XII/1.^a/2023, também da autoria do XVIII Governo Constitucional, trata-se do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa, deu entrada no dia 24 de Fevereiro de 2023, tem data de admissão do dia 02 de Março de 2023 e está agendada para a reunião plenária de hoje a sua votação na generalidade, especialidade e final global.

Temos a iniciativa n.º 03/XII/1.ª/2023, da autoria do XVIII Governo Constitucional, trata-se de Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, sobre a Cooperação no domínio da Defesa. Deu entrada no dia 24 de Fevereiro de 2023 e com data de admissão no dia 02 de Março 2023. É um assunto que também está agendado para hoje, discussão e votação na generalidade, especialidade e final global.

Temos também da autoria do XVIII Governo Constitucional a iniciativa n.º 06/XII/1.ª/2023, que é o assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada do navio de patrulha NRP Setúbal da Marinha Portuguesa, nos períodos de 22 de Abril a 04 de Maio, 24 a 26 de Abril, 1 e 2 de Maio, 3 a 10 de Julho, 5 a 8 de Julho do corrente ano, no âmbito da participação na Ação de Cooperação Mar Aberto. Deu entrada no dia 07 de Abril de 2023, também agendado para votação na generalidade, especialidade e final global.

Ainda em termos de Propostas de Resolução, temos a iniciativa da autoria do XVIII Governo Constitucional, trata-se do assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada do navio de patrulha NRP Centauro da Marinha Portuguesa, no período de 22 a 24 de Abril do corrente ano. Tem como data de entrada o dia 07 de Abril de 2023, também é um assunto que está agendado para a reunião plenária de hoje.

Em termos de Petições, temos a iniciativa n.º 02/XII/1.ª/2022, da autoria do Sr. Henrique Sousa Pontes Almeida, que solicita a intervenção da Assembleia Nacional no sentido de resolver o diferendo com a Companhia São Tomense de Telecomunicações (CST), data de 23 de Dezembro de 2022 e data de admissão dia 06 de Janeiro 2023. Esta petição foi baixada para a 4.ª Comissão Especializada Permanente para análise e parecer. Temos também a petição n.º 03/XII/1.ª/2023, da Sra. Maria do Carmo Bragança Neto e Albertino do Sacramento Neto, que solicitam a intervenção da Assembleia Nacional no sentido de institucionalizar o dia 16 de Agosto como o Dia da Cidadania e do Cidadão. Data de entrada, dia 10 de Janeiro de 2023 e data admissão dia 12 de Janeiro de 2023, foi baixada para a 4.ª Comissão Especializada Permanente para análise e parecer.

Temos a petição n.º 04/XII/1.ª/2023, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Tomé e Príncipe, que solicita a intervenção da Assembleia Nacional junto à Câmara Distrital de Água Grande, a fim de evitar o desalojamento da Associação. Deu entrada no dia 13 de Janeiro de 2023, com data de admissão de 24 de Janeiro de 2023, foi baixada também para a 4.ª Comissão, para análise e parecer.

Temos a petição n.º 06/XII/1.ª/2023, da Sra. Maria Paulina Dias de Sousa Pontes, que solicita a intervenção da Assembleia Nacional para resolver o seu problema laboral, com entrada no dia 09 de Janeiro de 2023 e admissão no dia 03 de Fevereiro de 2023.

Por fim, temos a petição n.º 07/XII/1.ª/2023, do Advogado Miques João do Nascimento de Jesus Bonfim, que solicita a intervenção da Assembleia Nacional para que lhe seja facultada uma cópia do relatório produzido pela Comunidade Económica dos Estados da África Central sobre os acontecimentos do dia 25 de Novembro de 2022. Deu entrada na Assembleia Nacional dia 04 de Abril de 2023, teve a data de admissão no dia 24 de Abril de 2023 e foi baixada à 1.ª e 4.ª Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional.

Sra. Presidente, é tudo o que tenho.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Estamos no período prévio e temos sobre a Mesa os pedidos de intervenção de dois grupos parlamentares. O Grupo Parlamentar do ADI já disse que não terá declaração política, mas não sei se o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD terá declaração política. Haverá?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Assim sendo, tem a palavra o Líder ou aquele que indicar para fazer a declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, muito boa tarde.

«Declaração Política da Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD.

Depois de quase 5 meses em funções, o XVIII Governo Constitucional, liderado uma vez mais pelo Sr. Patrice Trovoada, finalmente decidiu submeter a esta Augusta Assembleia o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2023, no passado dia 7 de Abril. Se tudo correr como previsto e contar com o apoio de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, para uma rápida promulgação, este Orçamento Geral do Estado começará a ser executado apenas a partir do mês de Junho de 2023, quase 7 meses depois da tomada de posse do Governo. Para um partido que depois de vencer as eleições tudo fez para acelerar a tomada de posse dos novos deputados e a consequente formação do novo governo, tentando inclusive rasgar os prazos expressos na Constituição da República e na Lei Eleitoral, com a desculpa de que tinham pressa em começar a trabalhar e a implementar as ditas soluções milagrosas que tinham para os problemas do País, temos que concluir sem melindres que o Governo suportado pelo ADI anda a brincar com um assunto muito sério, a vida dos sãotomenses.

Depois de cinco meses e meio em funções, apenas ontem, dia 26 de Abril de 2023, o Governo decidiu apresentar o estado da Nação, num debate na Assembleia Nacional com os partidos da oposição. Se houvesse dúvidas do desnorte e impreparação deste Governo, elas ontem ficaram dissipadas.

Depois de passar a campanha eleitoral a vender sonhos à população e a prometer soluções imediatas e fáceis, a dura realidade bateu a porta e hoje o Sr. Primeiro-Ministro se encontra encurralado nas suas promessas e nas altas expectativas que criou para este povo sofredor. O caminho mais fácil que encontrou foi tentar identificar um bode expiatório, um responsável político para acusar de todos os males do País, e justificar a sua incapacidade para mudar o rumo da actual situação.

O Governo liderado pelo MSLTP/PSD, em coligação, que governou São Tomé e Príncipe de Dezembro de 2018 a Novembro de 2022, enfrentou as piores crises que o País e o Mundo conheceram, com a chegada da COVID-19, em Março de 2020; as exurridas de Dezembro de 2021 e, para culminar, com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em Fevereiro de 2022. Todos esses acontecimentos tiveram um impacto brutal no desempenho do nosso governo e na não concretização de muitos programas que tínhamos proposto.

A crise sanitária, social, financeira e económica que vivemos desde 2020 deixaram naturalmente marcas indeléveis nas nossas populações. Mesmo assim, só por má-fé e desonestade intelectual não se reconhece que muito foi feito, num contexto económico extremamente complicado.

Durante a última campanha eleitoral, alertamos que as coisas estavam difíceis, que as consequências da COVID-19 ainda se fariam sentir por muito tempo e que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, sem fim à vista, estava a condicionar o desempenho das grandes economias mundiais, com a escalada dos preços de combustíveis, do transporte e dos produtos básicos e que, naturalmente, uma economia frágil, independente do exterior como a nossa teria problemas sérios, no que toca ao aumento da inflação e do custo de vida.

Naquele momento, apareceu alguém que disse que conhecia todos os problemas do País, que estava pronto e que era a solução. Disse que o nosso governo era incompetente e que mesmo com a situação económica mundial complicada deveria resolver tudo. O povo ingenuamente acreditou nas suas palavras e lhe deu a maioria absoluta.

Murmúrios do ADI.

Hoje, quase 6 meses depois da tomada de posse, a realidade é outra, o custo de vida aumentou de forma descontrolada, os salários são pagos com atraso...

Murmúrios do ADI.

... e com recurso ao crédito bancário. O preço do combustível subiu e vai voltar a subir, o preço dos transportes aumentou, o arroz do Japão, que é oferecido e que na campanha eleitoral o Sr. Primeiro-Ministro disse ao povo que ia baixar de preço, aumentou de preço. Os produtos nacionais aumentaram de preço, há escassez de produtos importados no mercado, o fornecimento da energia e da água às populações piorou, não há medicamentos nos hospitais e nos centros de saúde, os assaltos e roubos aumentaram, etc.

Face a tudo isso, o Sr. Primeiro-Ministro e os seus Ministros continuam a viajar pelo mundo fora, em missões inúteis, a gastar o pouco dinheiro que o Estado arrecada. Neste momento, sobretudo depois de se

conhecer o draft do Orçamento Geral do Estado de 2023, as pessoas começam a abrir os olhos e a perceber que foram enganadas. Começam a perceber que este Governo não tem solução nenhuma e nem uma visão do futuro que possa conduzir o País ao desenvolvimento desejado. E o pior, começam a perder o medo e a lutar de forma aberta pelos seus direitos e pela melhoria da sua condição laboral. Não é em vão que já se nota muito descontentamento nas ruas e nas redes sociais, as pessoas começam a reclamar de forma desinibida, mesmo os que votaram no ADI e apoiaram este Governo.

Para o bem do País, da estabilidade política e da coesão social, o MLSTP/PSD insta o Governo a se concentrar na procura das verdadeiras soluções que o País precisa, a falar menos e a trabalhar mais, a viajar menos e a estar mais próximo dos são-tomenses e a não cair na tentação de continuar a atirar as culpas para cima dos outros. Os senhores foram eleitos com a esperança de mudança e têm que começar a dar provas de que são merecedores da confiança dos eleitores.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Já não temos inscrições para declarações políticas, vamos passar para intervenções políticas de interesse relevante, cujo tempo está distribuído da seguinte forma: 33 minutos para o ADI, 20 minutos para o MLSTP/PSD, 5 minutos para o MCI/PS-PUN e 2 minutos para o Movimento BASTA.

Está aberta a inscrição, para intervenção neste período.

Não havendo inscrição, seguimos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimentao a todos, respeitando as precedências protocolares, porque o tempo não é muito.

Dois minutos são suficientes para o que tenho a dizer, por isso, não vou socorrer-me de um pedido às Bancadas, para me darem algum tempo, para poder expor o que tenho para dizer. Mas é para alertar, se bem que...

O Sr. Deputado Afonso Varela gosta de mim! O senhor estava a rir, olhando para o tempo. É por isso.

Bom, para dizer o seguinte, todos nós sabemos que o País está muito mal e o País está a cada dia a se complicar, todos nós temos consciência do estado em que nós chegamos, depois dos últimos tempos, as últimas 2 décadas, para não acusar um governo em concreto, mas ao final da linha estamos neste ponto. E a pergunta é, qual é a solução, mais uma vez, porque eu fiz a mesma pergunta ontem. Eu não tenho uma varinha mágica, não tenho a solução, não sei quem terá. A verdade é que os próximos tempos vão ser complicados para todos nós. Todo o povo de São Tomé e Príncipe tem que estar preparado, porque os próximos meses vão ser gritantes, e pedir ao Governo para se centrar na resolução dos problemas da população.

Aproveito também, nos 30 segundos que me restam, para pedir à Comunicação Social, ontem eu vi a peça jornalística no telejornal e puseram uma intervenção minha de ontem, dizendo que Levy Nazaré, Líder do Movimento BASTA. Eu não sou Líder do Movimento BASTA. Eu sou um Deputado do Movimento BASTA. Líder é o Embaixador Salvador dos Ramos, que é e continua a ser o coordenador até hoje. É essa correção que tinha a fazer. Eu sou um Deputado e dirigente do Movimento BASTA.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Líder do ADI.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Boa tarde a todos. Como viram, eu vim fazer intervenção com telemóvel. Em princípio, o nosso Grupo Parlamentar não ia fazer nenhuma intervenção neste período, nem declaração política, mas depois da intervenção feita por um dos Deputados que me antecedeu, eu recebi uma mensagem que vou partilhar, uma mensagem de encorajamento, porque quem me enviou a mensagem disse que o povo de São Tomé e Príncipe está atento, está a acompanhar a situação social e económica do País, sabe que o Governo do ADI tomou posse no dia 14 de Novembro e no dia 25 de Novembro sofreu uma tentativa de golpe de Estado,...

Vozes do MLSTP/PSD: — Ooooooohhhhhhhh.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... para além de que houve tentativas de se adiar consecutivamente a data de tomada de posse do Governo, um conjunto de situações que com certeza a população está a acompanhar e sabe também quem é que governou o País nos 4 anos passados, a situação em que deixaram o País. Disseram que iam resolver o problema da energia, o que se viu é nada. A questão de infra-estruturas rodoviárias, também vimos o que vimos, um conjunto de situações.

E disse mais, quem escreveu isso até nem é deputado, nem é membro do Governo, que São Tomé e Príncipe é um país que depende de ajudas externas, como sabemos, depende dos seus parceiros bilaterais e multilaterais, obviamente que não deverá elaborar o orçamento sem antes negociar com esses parceiros.

Isso é só para dizer às pessoas que mesmo um cidadão comum está atento à situação real e sabe exactamente o que se está a passar. Prova disso, mais uma vez, é que das manifestações havidas em São Tomé e Príncipe, se calhar, estávamos a pensar em ter pelo menos mil pessoas, mas nem 20 pessoas apareceram. Não é mero acaso, é porque as pessoas estão a acompanhar a situação, conhecem a situação real do País, as pessoas sabem exactamente o que o ADI é capaz de fazer, por isso é que deram a maioria absoluta ao ADI. A pessoa vem tranquilizar-nos, dizer que tem e continua a ter confiança no Governo do ADI, no Governo liderado pelo Dr. Patrice Emery Trovoada, e que irá obviamente fazer o seu trabalho, claro com a ajuda de todos. Todos aqueles que estiverem disponíveis para ajudar, irão de facto ajudar, na perspectiva de o País ir para frente. Isso é o que interessa.

É verdade que não se pode olhar apenas para o presente, esquecendo radicalmente o passado, mas temos é que tocar de facto o País para frente.

Lamentamos, as pessoas que acabaram de sair do poder e têm consciência de como deixaram o País, mas trazerem determinados discursos que em nada vão ajudar.

É apenas esta mensagem que eu trago, não venho propriamente por uma questão de interesse particular, mas sim deixar clara uma mensagem, para que as pessoas saibam de facto que não é fácil. Hoje o povo está muito atento. Por isso, volto a dizer, uma manifestação organizada por não sei quantos partidos, só 20 pessoas....

Uma voz do ADI: — E cães.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... e uns cães também. Isso é sinal de que o povo continua a dar toda confiança ao ADI, ao seu Governo e ao seu líder.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI. Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, trago dois assuntos de interesse relevante, no quadro daquilo que está previsto, e sempre insisti na condução dos trabalhos.

Penso que fiz isso esta manhã, o Sr. Deputado Levy também o fez, mas sempre há essas perturbações, e a gente tem que entender. Sempre chamei atenção para a condução dos trabalhos, e quando evoquei o artigo 108.º até as pessoas pensaram que era debate, nem a Presidente notou, ninguém leu, pelo menos desde manhã até agora. O artigo 108.º tem algumas balizas que permitem ajudar a Mesa. Nessas coisas, peço à Sra. Presidente para vasculhar, para melhor condução dos nossos trabalhos e evitar problemas.

Outro aspecto, ainda em relação à Mesa, isso a gente aprende porque está cá. O Sr. Deputado Abnaldo tem sempre batido nesta questão de que o período prévio não é para debate, não é para respostas, nem perguntas. A Sra. Presidente não corta e vai continuando assim. A intervenção do Líder Parlamentar em resposta à nossa declaração mostra claramente que a Mesa tem dificuldade em poder orientar. Porque depois poderemos entrar num ciclo de problemáticas, logo no início.

Vou aos dois assuntos que me trazem aqui.

Primeiro, um pouco na sequência desses debates, desde ontem até hoje, de incentivo à agricultura. O Sr. Primeiro-Ministro sempre bateu no investimento privado directo estrangeiro, e trago aqui duas preocupações. A primeira tem a ver com a questão das cooperativas que estão instaladas em São Tomé, não domino muito esta área, tem a ver com a CECAB, CEPIBA, SATOCAO, enfim. Ontem, foi até

referenciado por um deputado aqui presente, não faço referência a nomes, mas o apelo que faço ao Governo é que continue. Hoje, se a CECAB eventualmente foi beneficiado, naturalmente para a fábrica de chocolate, porque beneficia o País e toda a sociedade, penso que essa política deve continuar para a CEPIBA e a SATOCAO.

O beneficiário agora foi a CECAB e vemos de facto a dimensão da CECAB, que congrega naturalmente os agricultores. Há esse benefício, só quem não vê. Por isso, se a CECAB foi beneficiada, penso que o Governo deve continuar essa política em relação a outras cooperativas, como a de baunilha, de transformações, incluído as do Príncipe.

O segundo aspecto é ainda sobre o incentivo aos investimentos privados estrangeiros. Por questão de disciplina da Bancada, não tive a oportunidade de ter essa intervenção, de alguma reacção. O Sr. Primeiro-Ministro sempre bateu nessa tecla de que, face à situação do País, era preciso termos incentivos para permitir que os privados e os estrangeiros pudessem ter intervenção. Tive acesso a algumas informações em relação a uma empresa que tem uma contenda com o Estado, estou a referir-me à *Safebond*. O que eu queria, se não houver palco para essa resposta, eventualmente, é que rapidamente o Governo ultrapasse essa contenda, para permitir que de facto a empresa invista em São Tomé, porque estamos a precisar disso. Estamos a falar de uma empresa que tem uma credibilidade internacional, está a investir directamente na área petrolífera, nos portos de cerca de 17 países, incluindo os da sub-região,...

Uma voz do ADI: — É o quê? *Safebond*?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — ... sim, sim.

Uma voz do ADI: — Osvaldo é mau é!

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Deixe-me falar.

E quero que de facto se ultrapasse esses problemas que existem ao nível de contenda entre o Estado e a empresa, para permitir que esse investimento... estamos a falar de uma empresa que, só para Ana Chaves, o valor é de cerca de 30 milhões, para transformação, para equipamentos e formação do pessoal ao nível da ENAPORT. Então, tendo dúvidas em relação a essa matéria, seria bom que o Governo pudesse explicar-nos como é que vai isso, porque não podemos desestimular esse investimento, que penso ser rentável, para além de empregos e da visibilidade do próprio País.

Outros assuntos que estão no Tribunal, em relação à empresa e o Estado, penso que o Governo deve ultrapassar, porque não fica bem todo esse espaço de tempo com essa contenda e não poder resolver. Estamos a falar de uma participação de capital para o Estado em cerca de 25%, são informações obtidas, aliás a conferência foi oficial, e é preciso que nós como Deputados percebamos se há um investimento desta envergadura que se estende para cima de 20 anos, temos que perceber qual é a capacidade da empresa e como é que será esse investimento, sobretudo para beneficiar os jovens. Estamos acima de 50 ou 60 anos, naturalmente poderemos não beneficiar.

Por isso, se o Sr. Ministro não tem informações, seria bom que nos fornecesse esses dados, e estarei na disponibilidade de continuar a solicitar, porque se a empresa é credível, quer investir, não podemos estar a afugentar os investidores.

Uma voz do ADI: — Tem que conhecer a história da empresa...

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Eu fiz a minha intervenção, o Sr. Deputado tem espaço, esteja à vontade.

Nunca tive a oportunidade de ser ministro, não estive na administração. Em relação a Barbosa, estou bastante à vontade.

Uma voz do ADI: — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Epá, talvez só urna.

A Sra. Presidente: — Obrigada Sr. Deputado, também por ajudar a Mesa a conduzir os trabalhos. Só peca por tardia, porque o próprio legislador assegurou no Regimento que, quando a Mesa estiver a falhar, o Deputado tem o dever moral de alertar a Mesa no momento. Só peca por tardia. Todavia, muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. Elálcio da Marta (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Caros Colegas Deputados, Sr. Ministro da Presidência, Técnicos da Assembleia Nacional, estendo a minha saudação a toda a população de São Tomé e Príncipe que nos escuta, de igual modo, aos meus amigos, entes queridos da diáspora, muito boa tarde.

Uma voz do ADI: — Keiii!

Risos e murmurios.

Uma voz do ADI: — Elálcio matá nón lóló.

O Sr. Elálcio da Marta (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, estou a lembrar da morte do Arlécio, ainda está no coração.

Sr. Ministro, uma das medidas do Programa do seu Governo faz menção à implementação de medidas para melhorar a vida das populações. Vou repetir, uma das medidas do Programa do seu Governo faz menção à implementação das medidas para melhorar a vida das populações. Estamos a assistir hoje no País a um momento muito preocupante, estou a referir-me à questão da barriga da população, a fome aumentou, Sr. Ministro. Estamos diante de um Governo, a meu ver, mentiroso. Durante o período eleitoral, o Sr. Patrice Trovoada havia prometido baixar tudo, e o povo ouviu. E o que fez? Fez tudo ao contrário.

Se formos ao mercado de Bôbô-Fôrro, se verificarmos nos luchãs, tudo aumentou de preço e o adjetivo que o povo atribui a este Governo é de um governo de fome.

Sr. Ministro, antes o sal vendia a 10 dobras, agora está a 25 dobras e actualmente não há sal na nossa praça; a fuba era 20, agora está a 30 dobras; o óleo era 50, agora está a 60 dobras; a farinha de trigo era 15, agora está a 25 dobras; o açúcar era 25, agora está a 30 dobras; o arroz afabal prometido pelo Sr. Primeiro-Ministro estava a 13, agora está a 25; a massa de tomate era duas dobras por colher, agora está a 3 dobras; o feijão era 35 dobras, agora está a 40 dobras; sete cebolas eram 35, agora cada cebola custa 30 dobras; o sabão vendia a 60, agora está a vender a 70 dobras.

A pergunta que se coloca, Sr. Ministro, onde está a solução prometida? A meu ver, a solução prometida é a Sra. Ministra da Educação a priorizar e defender o interesse familiar, o seu marido hoje é Director da SINFO,...

Uma voz: — É?

O Sr. Elálcio da Marta (MLSTP/PSD): — ... a Sra. Ministra da Juventude e Desporto defendeu o interesse familiar, hoje o seu marido é Director das Alfândegas, a solução é o Sr. Ministro da Saúde, Célsio Junqueira, defender o interesse familiar, hoje o seu tio é Director-geral do Hospital, a solução é o Ministro da Presidência, que está à minha frente, o meu amigo Gareth, defender o interesse da sua esposa, que é Vice-Governadora do Banco Central, a solução é a secretária permanente da Mesa, a minha amiga Bilaine, defender o interesse familiar, colocando o seu marido como Vice-Administrador do Banco Central. Desta forma, Sra. Presidente, Sr. Ministro, este país não vai avançar. O interesse familiar não pode sobrepor-se ao interesse colectivo. Não podemos priorizar o nepotismo neste país.

Sra. Presidente, é isso que o povo me pediu para falar, é isso que a diáspora me pediu para falar.
Muito obrigado, Sra. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Teodorico Campos.

O Sr. Teodorico Campos (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para fazer um pequeno esclarecimento, porque temos que ser responsáveis e honestos. Já sei que mesmo ao nível das redes sociais já estão a tentar enganar o nosso povo.

Só para dizer que ontem, quando falei dos fundos das cooperativas, particularmente da CECAB, citei os 388 000 dólares que foram investidos numa cooperativa para a fábrica de chocolate, que deveriam ser priorizados para as pistas rurais. Se acompanharem atentamente, toda a nossa população, os produtores, as pessoas que residem nas comunidades rurais falam sobre a situação de escoamento de produtos.

Vamos tomar apenas o exemplo do Distrito de Cantagalo. Todas as comunidades de Úbua-Budo têm produção e só não trazem o produto para a Cidade Capital devido problemas de escoamento de produtos. Os 388 000 dólares não deviam cair para uma concorrência desleal com as cooperativas.

Foi apenas isso que pedi e deveria ser um melhor conselho ao Governo, pegar naquele valor e injectar nas pistas rurais. Apenas isso.

Applausos do ADI.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Só para situar, estamos no período prévio e as intervenções havidas foram de interesse político relevante. Nesta perspectiva, ainda temos tempo. O ADI tem 27 minutos e 22 segundos, o MLSTP/PSD tem 9 minutos e 55 segundos, o MCI/PS-PUN tem 5 minutos, o Movimento BASTA já não tem tempo e o Governo também já não tem tempo.

Não sei se há mais inscritos.

Podemos passar ao período da ordem do dia?

Vamos passar para o Período da ordem do dia. Temos agendado para o primeiro ponto discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Resolução n.º 6/XII/1.ª/2023, pelo que peço à Sra. Secretária Permanente que faça a leitura.

Só para dizer ainda que tínhamos uma data prevista, conforme a leitura que a Sra. Secretária irá fazer, mas depois recebemos uma comunicação para se alterar a data, também iremos ler posteriormente, e espero que façamos a actualização no momento da análise e debate na especialidade.

A Sra. Secretária (Bilaine Ceita): — «Proposta de Resolução n.º 06/XII/1.ª/2023 – Assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada do Navio de Patrulha «NRP Setúbal», da Marinha Portuguesa, nos períodos de 21 de Abril a 4 de Maio.

Nota explicativa.

Tem sido prática a República Democrática de São Tomé e Príncipe receber, nas suas águas territoriais, visitas de cortesia de navios das marinhas com as quais tem relações de amizade e cooperação.

Estas visitas têm como objectivo estreitar e aprofundar os laços de amizade e de cooperação entre os povos dos países envolvidos e, mais do que isso, promover a interoperabilidade e proficiência regional marítima das partes interessadas no Golfo da Guiné, bem como incrementar a segurança marítima, visando atenuar a pirataria e as actividades ilícitas na região.

Essas visitas constituem também uma ocasião para o treino e formação dos quadros da Guarda Costeira, em matéria de pirataria e actividades ilícitas no mar.

É neste quadro que o navio «NRP Setúbal», da Marinha Portuguesa, aportará nas águas sob a jurisdição nacional, no Porto da Baía de Ana Chaves, nos períodos de 22 de Abril a 4 de Maio, 24 a 26 de Abril, 1 e 2 de Maio, 3 a 10 de Julho e 5 a 8 de Julho do corrente ano, no âmbito da participação na acção de cooperação «Mar Aberto 2023».

Proposta de resolução.

Considerando a necessidade de Sua Excelência o Sr. Presidente da República autorizar a visita do Navio de Patrulha da Marinha Portuguesa «NRP Setúbal» ao Porto de São Tomé, no âmbito da participação da acção de cooperação «Mar Aberto 2023»;

Considerando ainda que, conforme o disposto na alínea h)...»

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Era só para contextualizar a situação, era só a apresentação mesmo do pedido. O Projecto de Resolução é a última coisa, porque é o que iremos votar.

Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, não sei se tem alguma apresentação a fazer à volta do mesmo pedido.

Tem a palavra.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Gareth Guadalupe): — Sra. Presidente da Assembleia, permita-me primeiramente saudar o Povo de São Tomé e Príncipe, por ser a primeira vez que intervenho nesta Augusta Assembleia, seguidamente saudar Sua Excelência a Sra. Presidente da Assembleia, os Excelentíssimos Deputados.

Venho fazer aqui uma breve apresentação, mas vi que a Mesa não teria feito este reparo, é que nós depois submetemos um aditamento ao ofício que inicialmente tínhamos submetido, relativamente ao navio NRP Setúbal, como ao navio NRP Centauro.

Relativamente ao Navio NRP Setúbal, este é um pedido que nos chegou sobre um navio em que está previsto, depois do aditamento, o período será de 5 a 11 de Maio, para estar nas águas sob a jurisdição de São Tomé e Príncipe e, neste período, há a intenção de que, no período de 7 a 9 de Maio tenha uma escala no Porto da Baía de Ana Chaves.

Esse navio, embora não estejamos ainda a tratar do Navio Centauro, também vem dar todo apoio logístico ao Navio Centauro.

O Navio Setúbal tem como missão fazer a patrulha não só nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe, como a nível do Golfo da Guiné, numa operação que se chamou de «Operação Mar Aberto». Quer dizer que o navio terá várias entradas no Porto de São Tomé. Daí termos aqui este pedido, em que a visita do navio encontra-se prevista para os períodos de 5 a 11 de Maio e também de 4 a 10 de Julho, aqui é pedido autorização para que o navio possa entrar nas águas sob a jurisdição de São Tomé e Príncipe.

Em traços gerais, era essa breve apresentação que eu gostaria de fazer, relativamente a este pedido que foi submetido à Assembleia Nacional.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Gostaria de dizer ao Sr. Ministro que na altura fizemos referência, sim, dizendo que houve uma adenda às datas e que iríamos ver aquando da aprovação na especialidade.

Apresentadas as cartas, é um pedido para os dois navios, vamos pedir ao Sr. Presidente da 1.^a Comissão ou quem este indicar para apresentar o parecer relativo ao pedido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro (MLSTP/PSD)**: — Obrigado, Sra. Presidente.

A nível da 1.^a Comissão, como os dois pedidos enquadram-se no mesmo objecto, fizemos apenas um parecer referentes aos dois navios. Então, passo a ler o parecer.

«Enquadramento.

O Governo, através do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, submeteu à Mesa da Assembleia Nacional um pedido para que esta dê assentimento ao Presidente da República para que este autorize a entrada, permanência e saída de dois navios da Marinha Portuguesa nas nossas águas territoriais, nomeadamente o Navio de Patrulha «NRP Setúbal», entre os dias 22 de Abril a 4 de Maio, 24 a 26 de Abril, 1 e 2 de Maio e 3 a 10 de Junho, e o Navio de Patrulha «NRP Centauro», entre os dias 22 e 24 de Abril, respectivamente.»

Como já foi aqui dito, as datas serão depois actualizadas.

«Segundo, cumpre analisar que a presença do navio NRP Setúbal nas nossas águas territoriais enquadra-se na realização de acções de patrulhamento decorrentes no projecto de cooperação denominado «Mar Aberto 2023» e do navio NRP Centauro nas acções de capacitação da Guarda Costeira nacional.

A solicitação em causa foi submetida à 1.^a Comissão Especializada, no quadro das suas atribuições regimentais para que esta emita o devido parecer sobre o assunto.

Reunida extraordinariamente no dia 25 de Abril corrente, os Deputados da Comissão, após a análise e verificação ou não do cumprimento dos pressupostos requeridos legalmente exigidos para o efeito, concluiu que o pedido do Governo encontra a sua legitimidade na alínea j) da Lei n.^º 1/2023 – Constituição da República, de 29 de Janeiro, uma vez que a presença desses navios da marinha portuguesa é parte das actividades de acção e cooperação militar, no âmbito bilateral com Portugal e também ao nível da CPLP, pelo que a Assembleia Nacional tem concomitantemente legitimidade, nos termos da alínea n) do artigo 97.^º igualmente da Constituição da República.

Assim, nos termos da alínea n) do artigo 97.^º conjugado com alínea j) do artigo 111.^º e com o artigo 112.^º, todos da Constituição da República, esta Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que seja submetida ao Plenário para os devidos efeitos.

São Tomé, 25 de Abril de 2023.

O Vice-Presidente da Comissão, Arlindo dos Santos.

O Relator, Wuando Castro de Andrade.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Submetemos agora para discussão o Projecto de Resolução. Mas antes de nós discutirmos, peço à Sra. Secretária da Mesa que faça a sua apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, uma vez que a 1.^a Comissão fez o parecer único para os dois navios, acho que podíamos fazer uma resolução única, com a devida adaptação, para os dois navios, e ficava resolvido o problema.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Líder.

O Líder Parlamentar do MLSTP/PSD sugeriu que apresentássemos e aprovassemos um único projecto de resolução para os dois assentimentos, e eu gostaria de ouvir as outras bancadas, se podemos fazer os respectivos e devidos acertos e aprovar só um projecto de resolução.

É consensual?

Vozes: — É consensual.

A Sra. **Presidente**: — Está bem. Então, vamos apresentar só um, fazendo adaptações, sem prejuízo das datas actualizadas.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Vou proceder então à leitura do Texto Final da Proposta de Resolução n.^º 6/XII/1.^a/2023.

«Assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do Navio de Patrulha «NRP Setúbal» da Marinha Portuguesa, no âmbito da participação na acção de cooperação «Mar Aberto».

Preâmbulo.

Havendo a necessidade de se autorizar a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do Navio de Patrulha «NRP Setúbal», da Marinha Portuguesa, no âmbito da participação na acção de cooperação «Mar Aberto»;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.^º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.^º Assentimento.

É dado assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.^º da Constituição, para autorizar a entrada, nas águas sob a jurisdição nacional, do Navio de Patrulha «NRP Setúbal» da Marinha Portuguesa, no âmbito da participação na acção de cooperação «Mar Aberto», nos períodos de 22 de Abril a 4 de Maio, 24 a 26 de Abril, 01 e 2 de Maio, 03 a 10 de Julho e 05 a 08 de Julho do corrente ano.

Artigo 2.^º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 25 de Abril de 2023.

A Presidente da Assembleia Nacional, *Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.*»

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos submeter à discussão o texto da Proposta de Resolução. Votamos e aquando da análise na especialidade fazemos as devidas alterações. Podemos proceder assim? Então, está aberta a discussão para se analisar o texto da proposta de resolução, neste caso dos dois pedidos. Não havendo discussão, vamos submeter para votação na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares: — Eu entendo a preocupação do Líder da Bancada do MLSTP/PSD, mas não sei se tentar fazer só um artigo para dar assentimento aos dois navios seria um texto que depois se conseguiria digerir. Até porque os dois navios têm objectivos diferentes. O NRP Setúbal tem como objectivo fazer patrulha ao nível do Golfo da Guiné e tem várias datas de entrada no Território Nacional de São Tomé e Príncipe, e o NRP Centauro é com o objectivo de substituir o navio Zaire, que se encontra agora aqui em São Tomé e Príncipe. Não sei se será possível produzir só um artigo tão longo assim e com as datas, se não seria muito confuso.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Na altura, quando submetemos à análise a proposta do Sr. Líder Parlamentar, não houve qualquer objecção, mas ainda vamos a tempo, tendo em conta realmente que os pedidos entraram em separado e vamos fazer um pequeno esforço para, já agora, analisarmos em separado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu comprehendo o alcance da preocupação do Ministro, eu penso que, sim, podemos ir naquilo que foi proposto pelo Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, porque aqui apenas cabe assentimento ao nível da Assembleia. Porque o próprio assentimento será por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, se for assim o entendimento, uma questão de documentos. Esses navios, de uma forma administrativa, têm que ter algum documento para os seus trabalhos, nos seus arquivos. Esse assentimento é dado pelo Presidente da República. Aqui apenas autorizamos.

De uma forma prática, podemos ir pela a proposta sugerida pelo Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Não sei se eu me fiz entender.

A Sra. Presidente: — Obrigada, Sr. Líder.

A proposta está lançada, a discussão está aberta. Mais sugestões? Temos uma sugestão do Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, sustentada pelo Vice-Presidente, de nós produzirmos só uma proposta de resolução e mencionar nos seus artigos, no texto, que seja dado este assentimento, mas o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares sugere que se deva fazê-lo em separado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Bom, eu estava a consertar com o Líder, perdoe-me, nós não concluímos, mas vou na linha daquilo que o Ministro disse, e para nós agilizarmos os trabalhos. Podíamos aprovar no geral os dois navios, mas penso que o texto da Resolução tem que ser em separado, porque cada navio tem a sua especificidade, tem a sua missão, tem as suas datas. Para avançar o trabalho, podíamos aprovar os dois pedidos e orientar os serviços para separarem as resoluções. Acho que está correcto.

A Sra. Presidente: — Mas temos aqui que aprovar a Resolução. Como é que fica o texto? Com as devidas adaptações. Ultrapassemos isso?

Vozes: — Sim, sim.

A Sra. Presidente: — Está bem. Então, os serviços depois vão tentar ver qual é a melhor redacção para a Proposta de Resolução. Assim sendo, vamos submeter, para aprovação, na generalidade, a Proposta de Resolução para os dois pedidos.

Submetido à votação, foi aprovado com 52 votos a favor.

Passemos à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Vai-se fazer as devidas alterações e, enquanto isso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 52 votos a favor.

Artigo 1.º, assentimento, com as devidas alterações.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º, entrada em vigor, com as devidas alterações.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Os serviços, depois, farão os devidos ajustes, e assim resolvemos de uma vez só os dois primeiros pontos da nossa agenda. Ultrapassados que estão esses dois primeiros pontos, vamos passar para o terceiro ponto da nossa agenda que é discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global, do Projecto de Resolução n.º 30/XII/1.ª/2023, Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2023. Assim sendo, deixem-me só citar aqui a distribuição do tempo. Temos para este ponto 1 hora, sendo 20 minutos para o Governo, 20 minutos para o Grupo Parlamentar do ADI, 12 minutos para o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 5 minutos para o MCI/PS-PUN e 3 minutos para o Movimento BASTA.

Então, passo a chamar para a apresentação do Projecto de Resolução o Sr. Presidente do Conselho de Administração de Assembleia Nacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ekeneide Santos.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Excelência, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, residentes e na diáspora, que nos acompanham neste momento, recebam as minhas sinceras saudações.

Estamos aqui hoje reunidos nesta nobre Casa Parlamentar para apresentação da primeira proposta do orçamental da Legislatura 2022/2026, para o Ano Económico 2023, conforme o Regimento da Assembleia Nacional, no seu artigo 55.º ponto 2.

«O Conselho de Administração da Assembleia Nacional é composto por três Deputados, nomeadamente, eu, Ekeneide Lima dos Santos, Presidente e representante do Grupo Parlamentar do ADI; José Rui Cardoso, Vogal e representante do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD; Eldimiro Emiliano Manuel, Vogal e representante do Grupo Parlamentar o»do MCI/PS-PUN; o Secretário-Geral da Assembleia Nacional, Domingos José da Trindade Boa Morte, e Jercileyna Will de Bom Jesus, representante dos trabalhadores da Assembleia Nacional.

Após a auscultação de todos os grupos parlamentares, o Sindicato dos Funcionários da Assembleia Nacional, a Direcção Administrativa e Financeira da Assembleia Nacional e, por último, o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, o Conselho de Administração, de forma genérica, fixou para o ano 2023 os seguintes objectivos:

Potencializar o desenvolvimento do Capital Humano; implementar maior intercâmbio, capacitação e formação dos Deputados e dos Funcionários Parlamentares; instalação do Gabinete de Assistência Médica, conforme o Regimento da Assembleia Nacional; melhoria de trabalho dos Deputados eleitos no Território Nacional e na diáspora, bem como os funcionários da Assembleia Nacional; suportar correctamente os encargos com os Deputados eleitos nos círculos da diáspora; imprimir uma maior dinâmica na cooperação parlamentar e interparlamentar; aquisição de veículos para o serviço de transporte dos Deputados e dos funcionários; reabilitação e requalificação do Palácio dos Congressos, tendo em conta o seu estado avançado de degradação, que põe em causa a vida dos Deputados, funcionários e cidadãos que utilizam o referido espaço, pelas mais diversas razões; apetrechar as salas de reuniões com materiais de audiovisuais, como forma de inclusão dos Deputados residentes na diáspora, bem como da Região Autónoma do Príncipe, funcionários da Assembleia, através do sistema de videoconferência; melhoria na higiene e segurança de trabalho; promoção no quadro dos funcionários, conforme as leis em vigor, entre outros.

O projecto de orçamento para o Ano Económico de 2023 está fixado num valor de Dbs.134.141.100,00 (cento e trinta e quatro milhões, cento e quarenta e um mil e cem dobras), sendo Dbs. 89.141.100,00

(oitenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil e cem dobras) para despesas correntes e Dbs. 45.000.000,00, (quarenta e cinco milhões de dobras) correspondente às despesas de capital, o mesmo valor do Ano Económico de 2022, uma vez que os constrangimentos orçamentais prevalecem e os duodécimos disponibilizados pelo Governo não sofreram qualquer alteração. Importa ainda realçar que o orçamento da Assembleia Nacional, fixado nos Dbs. 134.141.100,00 inclui os orçamentos dos órgãos autónomos afectos à Assembleia Nacional, conforme a tabela que se segue: Conselho Superior de Imprensa, Dbs. 1.146.992,00 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, novecentas e noventa e duas dobras); Gabinete Técnico Eleitoral: Dbs. 1.619.425,00 (um milhão, seiscentos e dezanove mil, quatrocentas e vinte e cinco dobras); Gabinete de Registo e Informação Pública (GRIP), Dbs. 2.818.000,00 (dois milhões, oitocentos e dezoito mil dobras); Agência Nacional de Protecção de Dados, Dbs. 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dobras).

Sras. e Srs. Deputados, não podemos projectar o orçamento do ano 2023 sem termos em consideração as dívidas acumuladas até ao ano de 2022, que passo a mencionar: dívida fiscal com o IRS, Dbs. 39.608.645,79 (trinta e nove milhões, seiscentos e oito mil, seiscentas e quarenta e cinco dobras e setenta e nove cêntimos); dívidas com a Segurança Social até 2022, no valor de Dbs. 1.945.370,00 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, trezentas e setenta dobras; dívidas com a Empresa de Água e Electricidade (EMAE), Dbs. 8.900.370,00 (oito milhões, novecentos mil e trezentas e setenta dobras); dívidas com companhias de telecomunicações, sendo a CST, Dbs. 763.452,00 (setecentos e sessenta e três mil e quatrocentas e cinquenta e duas dobras) e a UNITEL, Dbs. 230.000,00 (duzentos e trinta mil dobras) e dívidas com terceiros, Dbs. 109.500,00 (cento e nove mil e quinhentas dobras), perfazendo um total de Dbs. 51.557.337,79 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentas e trinta e sete dobras e setenta e nove cêntimos).

A proposta de orçamento da Assembleia Nacional foi publicada no Diário da Assembleia Nacional a 3 de Abril de 2023.

Os tempos que o País e o mundo atravessam constituirão um desafio enorme na nossa maneira de viver e na nossa economia. Basta pensarmos na saúde, na educação, no trabalho, nas importações e exportações, no investimento, na fragilização das famílias e empresas, nomeadamente de pequenas e médias dimensões, fazem com que todos nós repensem na nova maneira de gerir o erário público. Deste modo, cabe-nos aqui como representantes do povo darmos um sinal positivo no que concerne à política da boa gestão e contenção das despesas públicas. O sinal político dado agora não poderá ser apenas pelo Governo, mas também pela Presidência da República, Assembleia da República, Tribunais e todas outras instituições do Estado que administram o bem público.

Termino, deixando à consideração das Sras. e Srs. Deputados e disponibilizando-me desde já para qualquer esclarecimento, sugestões e duvidas que assim entenderem.

Muito obrigado pela vossa atenção e um bem-haja.»

Applausos de ADI e MCI/PS-PUN.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Ekeneide dos Santos.

Está aberta a inscrição para o debate à volta do orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2023. Não havendo nenhuma inscrição, vamos apresentar o Projecto de Resolução que aprova o orçamento da Assembleia Nacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — O Sr. Presidente do Conselho de Administração falou de duas dívidas que eu preciso de algum esclarecimento. Falou da dívida de Segurança Social, acumulada até 2022, e falou da dívida com o IRS, também acumulado até 2022. Gostaria de saber especificamente quais os anos a que reportam estas duas dívidas.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado e Líder Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Obrigada, Sra. Presidente.

Uma das questões já foi aqui referenciada pelo meu Líder Parlamentar, sobre as dívidas, mas eu trago duas questões novas e aqui eu peço a indulgência do Presidente da minha Comissão, a 3.^a Comissão

Especializada, para ser autorizado a falar em nome da Comissão sobre uma temática que é o Parlamento Infanto-Juvenil. E eu vejo alocada uma verba de 300 000 para o Parlamento Infanto-Juvenil. O que eu queria pedir ao Sr. Presidente, temos uma tarefa e eu não quero, eu estive na génesis, em 2014/2018, com o Presidente Diogo, subia várias vezes as escadas, por causa do Parlamento Infanto-Juvenil. Feliz ou infelizmente, hoje faço parte de uma comissão que vai trabalhar com o Parlamento Infanto-Juvenil. A minha preocupação, eu sei que esta questão de disponibilização da verba é muito complicada e penso que o Parlamento Infanto-Juvenil não é responsabilidade só da Comissão, é de todos nós, o Governo, a Assembleia Nacional. Aqui está o Secretário-Geral, não tem direito à palavra, mas o que eu queria é que, em Junho, nós não vamos fazer uma sessão normal, porque a legislatura do outro Parlamento já terminou. Então temos o início da eleição de novos deputados para o Parlamento. Então, a tarefa é muito mais complexa. Por isso é que, face aos problemas financeiros, já temos audiência até marcada com a Presidente da Assembleia, para saber o que é que a Assembleia, em função daquilo que está alocado, poderá disponibilizar aos órgãos competentes, para podermos avançar. Será em Junho, nós só temos um mês para nos deslocarmos a todos os distritos e ao Príncipe, ter contactos com a Educação, com os professores, com as escolas e os meninos, para permitir que essa eleição seja transparente e em função daquilo que é o Regimento do próprio Parlamento. E toda gente compreenderá que temos recebido críticas ao longo destes anos. Quando nós damos responsabilidades às escolas, há sempre críticas de que os alunos que vêm ao Parlamento são filhos de Deputados e de ministros, e queremos evitar isso. Essa é uma posição que eu vinco na Comissão, que esse processo tem que ser transparente e por via de eleição, com a presença da Assembleia Nacional. É um primeiro aspecto e eu peço ao Secretário-Geral que nos ajude. Estão cá 300 000, mas eu sei que para sacar esse «flaite» vai ser um bocado complicado. E eu já pedi ao meu presidente para eu estar no encontro com a Presidente da Assembleia Nacional, porque se nós não sensibilizarmos... e depois quem vem fazer o discurso é a Presidente da Assembleia Nacional, a própria Comissão fica aí na retaguarda, mas nós é que temos a tarefa. Eu ouvi críticas do Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, em relação à 3.^a Comissão da Legislatura passada, e é complexo. Então, ou nos engajemos todos ou adiemos o Parlamento Infanto-Juvenil, porque depois na hora do discurso nós próprios que materializamos o processo, com os professores, não temos assento, nem temos discurso, e está a Assembleia sempre a vangloriar-se, através da Presidente, através de quem for indicado, enfim.

Desde logo, quero pedir a abertura da Sra. Presidente, do Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional e do próprio Governo.

Segundo aspecto, bom, é o País que temos, essas dívidas da Assembleia Nacional, enfim, não há hipótese. Mas a minha preocupação é face a essas dificuldades, eu vejo vagas para o enquadramento do pessoal, em vários sectores, somei, dão 26 vagas para enquadramento, para este ano. Se nós estamos com problemas de contenção de despesas, disse aqui o Presidente do Conselho de Administração, como é que temos vagas? Isso vai pesar um pouco mais naquilo que é a massa salarial da própria Assembleia Nacional. São 26, está aqui por sector, mas não vale a pena. Para não perder muito tempo, são vários departamentos, outros com quatro vagas, há um departamento que vai enquadrar ou há vagas para oito quadros ou funcionários, que vão entrar.

Eu gostava de ter esclarecimento, face aos argumentos e a contenção que disse aqui o Presidente do Conselho de Administração.

Muito obrigado.

Ah, desculpa, isso também requer recursos, mas nós viajamos, já fui a outros parlamentos, era para nós disciplinarmos o parque automóvel da Assembleia Nacional, sinalizando. Eu vi isso em dois países, não vou referenciar aqui, há um espaço, está sinalizado, Presidente da Assembleia, Secretário, Vice-Secretário, criar um parque automóvel, para permitir que os Deputados estacionem os seus carros. Hoje eu vim, e o Segurança a dizer-me, vai para lá ou vem para aqui. Eu estou em minha casa, o senhor vem dizer-me para eu parar lá, vir daqui? Então, seria bom nós disciplinarmos. Eu fui a um parlamento e estava mesmo «líder parlamentar tal». Se ele não estiver, está fechado. Estão a perceber? Presidente, assim sucessivamente e depois um outro espaço para os deputados. É preciso nós disciplinarmos. Fica muita... depois são os motoqueiros que entram. Temos que mudar. E eu acho que devemos tentar implementar o exemplo que vemos noutros parlamentos. Penso que não se gasta muitos recursos, para dar uma outra visão, outra visibilidade ao próprio Parlamento.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

No que depender da Mesa, particularmente da Presidente, para a realização do Parlamento Infanto-Juvenil, o engajamento é total, desde que não seja algo financeiro. Tomamos boa nota da sua sugestão com relação à disciplina do parque automóvel e em bom tempo agiremos.

Não temos mais inscritos. Posso passar a palavra?

Tem a palavra, Sr. Deputado Raul Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu tenho, porque nós vamos aprovar o orçamento da Assembleia Nacional, portanto o nosso orçamento e se há um orçamento que nós temos que aprovar e com alguma consciência do que estamos a fazer, é este orçamento. Mas, há uns meses atrás houve uma polémica cá na Assembleia por causa de uma reunião que MLSTP/PSD, teria feito no seu espaço de maneira indevida e que a sanção seria descontar creio que cerca de três meses de subvenção aos partidos políticos, mas eu vejo o orçamento, esta rubrica não tem nada. Está lá zero, zero. Quer dizer que não há essa subvenção, portanto é esta a minha dúvida, é para quando eu votar, estar a votar em consciência. Sei que estou a votar e sei o que estou a fazer. Era apenas isso, que eu gostaria que depois... a subvenção aos partidos políticos, eu acho que aquilo está zero, zero, por isso é que eu só queria a explicação sobre isso. Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS-PUN): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência, boa tarde.

A minha preocupação é concernente ao orçamento da Assembleia, no que diz respeito ao subsídio que deve ser alocado para os Deputados que moram distante. Portanto, eu pude ler e reler, mas eu não vejo o valor para o subsídio destinado aos deputados que moram distante. Não vejo a rubrica.

Portanto, era só isso que queria.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

Não havendo, por enquanto, mais inscritos, chamo o Sr. Presidente do Conselho de Administração para responder às questões aqui formuladas.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu vou tentar responder às questões todas que foram aqui levantadas, se houver uma ou outra dúvida que me ultrapasse, relativamente às informações que eu tenho, se calhar poderei pedir aos Serviços, que estão aqui connosco na Sala.

Relativamente à dívida de Segurança Social, quando nós fazemos menção ao ano 2022, porque as contas da Assembleia Nacional são feitas anualmente, e as contas que já foram aprovadas é até ao ano 2022. Quando nós fazemos menção às dívidas de 2022, não estamos a banalizar o ano de exercício de 2018 a 2022, tanto é que na minha intervenção eu fiz menção que as dívidas são em relação ao ano 2022, e elas vêm-se acumulando, ao longo de mais de 10 anos. Eu fiz questão de trazer aqui para a Assembleia esses números, nós somos a Casa Parlamentar, nós temos que encontrar uma forma de resolver esses problemas. Nós não podemos dar exemplo de uma Assembleia Nacional que deve à Segurança Social. É um mau exemplo. Há algum motivo? Há um motivo que todos nós sabemos. O IRS, também sabemos. Só a título de exemplo, a Assembleia Nacional, de há uns anos para hoje, recebe duodécimos do Governo, cerca de 5 milhões mensais. Desse valor que a Assembleia recebe, cerca de 3,5 milhões vão para os salários dos Deputados e funcionários da Assembleia Nacional. Os restantes 1,5 milhão são transferidos a todos os organismos autónomos afectos à Assembleia Nacional, nomeadamente aqueles quatro organismos que foram aqui citados. Praticamente, a Assembleia volta a zero. E nesses valores que são transferidos a duodécimos para a Assembleia Nacional, se realmente a Assembleia for pagar o IRS e todos os outros impostos que devem ter, ou vai faltar salários, ou vai faltar transferências para os organismos autónomos. Sejamos claros!

Portanto, é um exercício que nós entendemos que devemos fazer, sentar à mesa com o Governo, para nós resolvermos. Não é questão de vontade do departamento financeiro da Assembleia Nacional, sejamos claros, não é uma questão de vontade política. Não se deve porque se quer dever, mas é uma questão que se pode sentar e ver. E como a Assembleia deve funcionar? Por isso é que essas dívidas vão acumulando,

porque há prioridades. Há pagamentos de bilhetes para os deputados que ainda não estão orçamentados, vai ser hoje, com a nova legislatura, são os Deputados da diáspora, são dois, há pagamentos com os bilhetes de passagem e estadia dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe. Ou seja, tudo isso vai ter que ser reajustado. É por isso que nós estamos a dizer que este orçamento é um orçamento, em termos de valor, semelhante ao do ano 2022, mas com pontos a serem reajustados, após a aprovação do Orçamento Geral do Estado. Nós temos o caso, eu respondo, já agora, ao Sr. Deputado Baltazar, não só dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe, como os Deputados da diáspora, como dos Deputados dos distritos mais longínquos, Deputados de Lembá e Deputados de Caué que, comparando com os Deputados que estão aqui mais próximos à Assembleia Nacional, por exemplo, recebem quase o mesmo valor de transporte, ou o mesmo combustível, só para termos uma noção. Há que haver algum reajuste. Havia uma proposta, já há alguns anos, para a aquisição de algumas viaturas para a Assembleia Nacional e nós entendemos que o momento não é propício. Apesar de estarem alocados na proposta, nós estamos a fazer a proposta, para que as viaturas sejam de serviços, não viaturas pessoais, para que as pessoas peguem e levem, mas sim viaturas de serviços que, em casos de necessidade, deslocação, podem apoiar as Sras. e Srs. Deputados e funcionários também da Assembleia Nacional, nós sabemos que alguns vivem distantes do Parlamento.

Relativamente ao Parlamento Infanto-Juvenil, de facto há uma verba inscrita, no valor de 300 000 dobras. Acredito que a Assembleia vai fazer todos os esforços, já disse aqui a Sra. Presidente, para a realização desse Parlamento Infanto-Juvenil.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa falou também relativamente às 26 vagas de enquadramento do pessoal aqui da Assembleia Nacional. Eu venho explicar o seguinte: todas as vagas existentes neste momento aqui na Assembleia Nacional são vagas já com alocação no orçamento. Ou seja, na área da limpeza, a Assembleia tem hoje inscritas no seu orçamento cerca de 10 funcionárias de limpeza, dez ou nove, mas no dia-a-dia da Assembleia temos cerca de quatro. Ou seja, a maioria desses funcionários estão fora do País. Muitos pediram licenças sem vencimento, alguns saíram em junta médica e a Assembleia tem neste momento problemas de preencher essas vagas. Não são vagas novas, nós não estamos a aprovar, tanto é que, se repararem no Orçamento, não há propostas para inclusão de pessoal, são vagas que existem e que devem ser preenchidas. De igual modo, para outros serviços, há muitos funcionários da Assembleia Nacional que estão de licença sem vencimento, algumas já passaram o seu prazo, tanto é que, no Conselho de Administração, nós pedimos aos Serviços que nos pudessem facultar ou fornecer informações de que já entraram em contacto com esses funcionários, se eles já responderam, se estão disponíveis ou não. Alguns disseram que já não voltam, outros já responderam, pedindo mais algum tempo, mas há alguns serviços que devem ser preenchidos. Todas essas vagas que estão a ser preenchidas são vagas que já têm alocação orçamental. No caso de motoristas, igual, há pessoas que infelizmente perderam a vida, já não estão aqui entre nós, bom, são essas pequenas vagas que existem.

O sistema de segurança é algo que nós realmente estamos a debater, muitos já falaram sobre isso aqui na Assembleia Nacional. Nós temos que analisar realmente o sistema de segurança da Assembleia Nacional, que está muito, mas muito vulnerável, em todos os aspectos, desde a portaria até aos serviços da Assembleia, nós sabemos. Hoje a Assembleia Nacional é guardada praticamente por dois polícias, que ficam praticamente na portaria, todos os outros serviços da Assembleia, onde estão os Deputados, as Bancadas, os Grupos Parlamentares, aliás, os Serviços, somente a Presidente da Assembleia tem o seu serviço de segurança praticamente garantido. Todo o resto da Assembleia está vulnerável. Portanto, é uma questão que nós temos alguma dificuldade, gostaríamos de orçamentar para este ano, porque eu entendi que o sistema de segurança é uma prioridade. Não há vídeo-vigilância na Assembleia Nacional. Nós aqui, infelizmente, nos deparamos nos corredores com todo tipo de pessoas. Portanto, é uma questão que nós temos que analisar, realmente nós queremos.

De igual modo, a questão que coloca de parque automóvel também é uma questão e há a questão do próprio protocolo da Assembleia Nacional, para realmente saber. Porque muitas das vezes, quando há uma sessão plenária, as pessoas se confundem, não sabem quem é deputado, quem não é, e é constrangedor para os Deputados.

Eu acho que respondi a todas as questões, ah o Deputado Raúl levantou a questão da subvenção dos Partidos Políticos. Está inscrita na rubrica 05.01.08.01.02, nas despesas de capital, no mapa 4. Alguns deputados aqui disseram que não receberam o orçamento, mas os serviços da Assembleia enviaram o orçamento e o Diário, por duas vezes, e fiz questão de pedir mais uma vez, porque havia deputados que já haviam recebido, por email, o orçamento da Assembleia. Infelizmente, não temos condições financeiras

para estarmos a imprimir tudo em papel, porque a própria Assembleia, os Deputados, já aprovaram aqui o uso de documentos em formato digital, salvo em casos do Orçamento Geral do Estado e outros que os Deputados já conhecem. Portanto, nós temos que facilitar os trabalhos da Assembleia, para que as coisas possam correr da melhor forma.

Portanto, para a subvenção dos Partidos Políticos representantes da Assembleia Nacional está inscrita uma verba de Dbs. 1.178.467 (um milhão, cento e setenta e oito mil, quatrocentas e sessenta e e sete dobras).

Sra. Presidente, eu acho que são todas essas questões que foram levantadas, não sei se há mais questões.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

Está inscrito também o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Levy Nazaré (MCI/PS-PUN): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

É muito rápido, apenas uma preocupação quanto às novas vagas, Sr. Presidente do Conselho de Administração. Ainda ontem, no grande debate do estado da Nação, um dos pontos que o Sr. Primeiro-Ministro falou aqui e que houve debate é exactamente que quando surge um novo poder, uma nova legislatura, enquadrava-se mais pessoas na Administração Pública. E foi um grande debate sobre os novos enquadramentos. E na minha intervenção eu perguntei, qual é a solução para o estado do País? Porque não vale a pena, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, enquanto representante do Governo aqui, virmos só aqui constatar que de 2014/2018 houve um aumento de 3 000 funcionários; de 2018/2022 houve um aumento de 7 000 funcionários. Daqui há 4 anos, se vier um novo governo, um novo poder, também vai fazer a mesma constatação, e vamos chegar a 30 000. E estamos nisso, estamos a caminhar para isso.

Estamos a falar da Assembleia agora, mas toda a Administração Pública são-tomense, todos outros ministérios também devem ter os mesmos problemas. Qual é a solução que nós podemos encontrar? É ver, criteriosamente, aqueles que são prioridade mesmo, e não aproveitar, porque já há dotação orçamental, para meter, meter, meter as pessoas que nós sabemos, todos os partidos fazem isso, da sua cor partidária. E assim vamos chegar a 30/40 000, depois vamos discutir o estado a Nação.

Eu trago uma proposta, eu disse ontem que, durante a legislatura, vou trazer algumas propostas, dá ou não dá, mas são minhas propostas, eu sei que quanto ao serviço de jardinagem da Assembleia, é através de uma empresa, a Assembleia não tem jardineiros contratados, então, eu não sei as contas, é uma questão de fazer as contas. Sr. Presidente do Conselho de Administração, não sei, ver se essas vagas todas, com essas dotações orçamentais que já existem, ver o valor e ver se, talvez, contratando uma empresa de limpeza, o custo não será mais baixo. Eu não sei, só trago aqui esta sugestão, para nós não estarmos a encher a Administração Pública. Como falo da Assembleia, amanhã serão outros ministérios, serviços públicos, câmaras, etc. Nós vamos ter que encontrar uma solução, se não vamos ficar nesse debate eterno.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira, para uma intervenção, no quadro do orçamento da Assembleia Nacional.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Desculpem, novas tecnologias, estou a ver aqui no meu telemóvel, para poupar papel. Portanto, no Diário número 13, eu baixei o texto, mas depois não sei em que pasta coloquei, mas pronto, não faz mal.

Seguindo atentamente aquilo que disse o Presidente do Conselho de Administração, primeira nota, é dizer que subscrevo a proposta do orçamento apresentado pelo Conselho de Administração e esse esforço que a Assembleia, neste caso, os Deputados, estão a consentir, desde já, não obstante a inflação existente, e isto aqui também peço aos técnicos e funcionários da Assembleia Nacional, para entenderem a conjuntura em que nós estamos a viver, porque não há aumento. A primeira nota, a primeira informação é que neste orçamento não há aumento. É verdade que os funcionários gostariam que houvesse, sobretudo digo os funcionários, mas aqui dois elementos que é preciso esclarecer, porque com excepção daquilo que

é o Orçamento Geral do Estado, dos Órgãos de Soberania, a Assembleia Nacional é das poucas instituições que discute e debate o seu orçamento publicamente. E neste debate o Presidente do Conselho de Administração apresentou algumas informações que preocupam. Alguém a seguir-nos lá em casa e ouvir que a Assembleia Nacional, os Deputados, não pagam o IRS e a Segurança Social, é muito grave. E eu penso que nós devíamos consentir alguns minutos para explicar tecnicamente por que é que este valor do IRS e da Segurança Social não são pagos, para esclarecimento público. Como é que os senhores da lei, que fazem as leis, estão a violar as leis? Portanto, eu não sei se outros membros do Conselho de Administração, é verdade que só é permitido, neste momento, a intervenção dos Deputados, eu não sei se nós podíamos ver, porque a Assembleia é soberana, é a Casa Parlamentar, abrir uma excepção, se houver a disponibilidade de todos e todas as Sras. e Srs. Deputados, para que o Secretário-Geral pudesse explicar isso tecnicamente, porque é necessário que o povo entenda por que é que os Deputados não pagam a Segurança Social.

Assembleia Nacional são os Deputados, eu quero sair daqui com a consciência tranquila de que as pessoas, eu não vou conseguir explicar isso a mil sãotomenses, não vou conseguir explicar às pessoas da diáspora isso pelo facebook, portanto, é uma ocasião que nós temos, mas eu coloco à Mesa e coloco também aos Srs. Líderes Parlamentares, se há esta possibilidade de nós podermos sair daqui esclarecidos.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa anotou as suas preocupações, que realmente são pertinentes, mas o Sr. Secretário-Geral não tem voz neste quadro, a não ser que o Sr. Presidente do Conselho de Administração acerte tecnicamente com o Secretário-Geral e depois faça o uso da palavra. Caso contrário, não é possível que o Sr. Secretário-Geral faça uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração. Secretário-Geral não pode, o quadro aqui é só para os Deputados.

Sr. Presidente, antes de si, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa pediu a palavra, e o Sr. Líder também.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Eu acho, também não podemos eternizar este debate, já estamos cansados, mas faz alguma confusão. É que neste momento, no mapa, não existe nenhuma encarregada de limpeza. E se vamos aqui para o Departamento de Administração e Património, vê-se aqui as categorias, não existe, só há vagas e vão preencher agora quatro. A minha dúvida é saber se a Assembleia, neste momento, não tem ou se precisa. E depois eu vejo aqui no Departamento de Administração e Património, Técnico de Apoio Parlamentar. Por quê está aqui nesta categoria? E se vamos ao Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões, continua Técnico Parlamentar de 3.^a Classe. Não sei se é repetição.

No quadro funcional, que engloba encarregada de limpeza, tem Técnico de Apoio ao Plenário de 3.^a classe, no Património. E vem para as comissões, que é o apoio vocacionado para apoio parlamentar, há repetição e cria uma vaga outra vez, Técnico de Apoio Parlamentar de 3.^a Classe.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Líder ainda quer fazer intervenção?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente do Conselho de Administração, Sr. Secretário-Geral, Sr. Director dos Assuntos Financeiros, lembrar e alertar que o não pagamento acarreta outras responsabilidades. E as leis são claríssimas. Quando o Tribunal de Contas vier fazer auditoria, não quererá saber se a Assembleia recebeu duodécimo completo ou não. Só quererá saber o que não pagou ou o que pagou. Quando fecham, o relatório fixa medidas punitivas fortes. É só para alertar.

E quando eu pedi ao Sr. Deputado, Presidente do Conselho de Administração, para clarificar, é porque na Legislatura de 2018/2022 foi uma guerra, para pagar os valores do IRS e da Segurança Social. Fazer de tudo, para não se ter mais problemas, porque o Tribunal de Contas, no último relatório de auditoria, assacou responsabilidades aos então responsáveis pela área financeira da Assembleia. Fica o alerta.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Líder.

Agora sim, Sr. Presidente do Conselho de Administração, sem prejuízo de concertar primeiro com o Secretário-Geral e a equipa técnica do Departamento Financeiro.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Eu ouvi atentamente a intervenção aqui do Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira. Sr. Deputado, relativamente a isso, eu havia dito aqui que a Assembleia Nacional, para o seu pleno funcionamento, deveria receber uma transferência do Governo Central na ordem de 7 milhões de dobras. Isso é claro, só para que as pessoas possam entender.

O que é que acontece com a dívida acumulada da Segurança Social e do IRS? Antes de entrar neste pormenor, eu gostaria de dizer mais uma vez, questionou aqui o Deputado Danilo, Líder Parlamentar do MLSTP, relativamente ao tempo dessas dívidas, como eu disse, são dívidas que já estão acumuladas a mais de 10 anos. Ela vem-se acumulando e, cada vez que a situação do País vai-se agravando, a situação também vai-se agravando para a Assembleia Nacional. Dívidas de Segurança Social e IRS são dívidas, são impostos que a Assembleia Nacional, como outros serviços, devem descontar no salário das Sras. e Srs. Deputados e dos funcionários, para serem transferidos...

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Devem não, descontam.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — ... descontam, para serem transferidos para a Segurança Social, como aos serviços das finanças públicas. IRS e Segurança Social. O quê que os serviços da Assembleia alegam como justificativo? Como o valor a ser transferido para a Assembleia não é suficiente para custear as despesas do funcionamento da Assembleia Nacional, repito, não são despesas de capital, são despesas de funcionamento da Assembleia Nacional, então, os serviços utilizam para o pagamento das despesas de funcionamento da Assembleia Nacional, no que diz respeito, por exemplo, a realização de plenárias, bilhetes de passagem das Sras. e Srs. Deputados da Região Autónoma do Príncipe, da diáspora, entre outras e outras despesas do dia-a-dia da Assembleia Nacional. Eu acho que os serviços têm a esperança de que, se o Estado não conseguiu transferir os 7 milhões este mês, transferiu 5 milhões, vai transferir outros 2 milhões depois, o que nunca acontece. E como o Governo não transfere esses valores regularmente, essas dívidas vão acumulando. Sistematicamente, elas vão acumulando. Isto é claro.

Disse e disse muito bem o Sr. Deputado Danilo, a auditoria não olha para isso, mas nós temos que olhar para isso, como uma realidade do País, e nós já discutimos isso com o Ministro das Finanças. Se esses valores deveriam ser repassados para a Assembleia Nacional, através do Tesouro Público, mas não há cabimento orçamental para ser repassado, a Assembleia Nacional, então, tem que encontrar uma forma de resolver essa situação com encontro de contas, por exemplo.

Por que é que eu trago aqui esses números? Eu poderia muito bem ocultar essas informações, mas eu acho que aqui é o ponto certo para nós debatermos esse assunto, que é transversal a todos os outros sectores do Estado. Mas a Assembleia Nacional tem que encontrar uma forma de resolver, e que seja também exemplo para outras instituições do Estado. Isso não é só um problema da Assembleia Nacional, mas como tudo parte da Assembleia Nacional, eu trago aqui esses números. Como é possível a Assembleia ter uma dívida acumulada na ordem de 50 milhões de dobras, cerca de 2 milhões de euros.

Portanto, são questões que devemos rebater, disse o Deputado Levy Nazaré, mais um ano, mais um ano, e no final, se calhar, não será mais 50, será 60, 70 milhões, e por aí afora.

Não sei se eu esclareci muito bem a questão da Segurança Social e do IRS, mas esta é a realidade da Assembleia Nacional, que eu trago aqui propositadamente para nós olharmos para os números e podermos realmente dizer qual será a alternativa para estes problemas que temos.

Água e electricidade também é um problema. A EMAE também precisa do valor para os seus serviços, as empresas de telecomunicações de igual modo, como a Segurança Social e o IRS.

O Deputado Arlindo Barbosa levantou a questão de que o número de vagas não correspondem. Os números de vagas existentes não estão inscritos neste orçamento, porque são vagas que já existem, são alocações já existentes dos anos anteriores. Se fossem colocados novos funcionários este ano, aí sim a Assembleia Nacional teria que abrir vagas para que pudéssemos aprovar mais 10 ou mais 20 funcionários, para enquadramento. Essa é a questão, eu volto a dizer.

O Deputado Levy Nazaré também levantou aqui a questão do número de funcionários da Assembleia Nacional. Eu já levantei esta questão e está escrito na acta, prestação de serviços, inclusive de limpeza e

de segurança. Nós devemos olhar para os números e, se calhar, poderá ficar muito mais em conta para a Assembleia Nacional do que realmente estar a雇用 pessoas.

Outra parte desses funcionários são quadros da Assembleia Nacional que estão numa categoria e que devem seguir promoções. Por exemplo, há quadros da Assembleia Nacional que já fizeram mestrados, mas que devem passar para outra categoria, e os outros quadros que são licenciados que estão na categoria inferior, que devem passar para outra categoria. Mas como a Lei diz que deve ser através de concursos, abriu-se concurso público, praticamente interno, para resolvemos essa questão, que é uma das recomendações, depois de nós auscultarmos o Sindicato dos Funcionários, que também é a parte integrante da Assembleia Nacional e que faz parte também do Conselho de Administração. Por isso, eu acho que mesmo com a aprovação deste orçamento, nós devemos continuar a debater os problemas da Assembleia Nacional abertamente a nível das Bancadas, do Sindicato dos Funcionários, dos serviços da Assembleia Nacional, para nós encontrarmos a melhor forma para gestão da própria Assembleia Nacional. O que acontece é, aprovando este orçamento hoje, só voltamos aqui em um ano.

Então, o que nós pretendemos de facto é acompanhar este orçamento e ver realmente onde nós podemos melhorar, com os serviços, as Bancadas e com o Sindicato dos Funcionários.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Obrigada, Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, Vice-Presidente.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sra. Presidente, apenas para enfatizar que, agora sim, fico satisfeito com a explicação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, porque quem está a seguir-nos já tem elementos mais que suficientes para perceber por que é que a Assembleia Nacional deve à Segurança Social e ao IRS. É que a Assembleia Nacional tem um orçamento mensal, neste caso de receita, vinda do Governo, para efectuar despesas, na ordem de 7 milhões, mas não recebe os sete, recebe apenas 5 milhões. Portanto, tem um défice de dois. Logo, não consegue realizar todas as suas actividades, o mínimo. Precisa de 7 milhões, mas só recebe 5 milhões. Portanto, não consegue, com todas essas despesas, para além dos órgãos autónomo ...

Isso está explicado, era essa explicação que eu solicitei.

Muito obrigado, Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Quanto à questão das vagas, também está no mapa que não há. Não quer dizer que hoje a nova Administração da Assembleia Nacional encontrou 20 funcionários e está a elevar para 22 ou 23. Não é este o caso, mas sim, das 20 vagas ou dos 20 funcionários necessários, tem défice de 5 ou 6. Então vai preencher, para que se efective e se equilibre esse vínculo.

Portanto, é esta comunicação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente: — Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Os esclarecimentos foram prestados e de forma clara, passo ao pleonismo. Então, só nos resta apresentar o Projecto de Resolução do citado orçamento, que é o orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2023.

Então, peço à Sra. Secretária da Mesa que faça a apresentação.

A Sra. Secretária (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, vou proceder então à leitura do Projecto de Resolução.

«Projecto de Resolução sobre o Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2023.

Preâmbulo.

A Assembleia Nacional, no uso das competências que lhe são atribuídas no n.º 1 do artigo 17.º da Lei 4/2007, de 9 de Março, (Lei Orgânica da Assembleia Nacional) resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Aprovação do Orçamento.

É aprovado o Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2023, conforme os mapas n.ºs 1, 2, 3, 4 e os mapas do pessoal em anexo, que fazem parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º Receitas.

As receitas são estimadas em STD 134.141.100,00 (cento e trinta e quatro milhões, cento quarenta e um mil e cem dobras), sendo STD 89.141.100,00 (oitenta e nove milhões, cento quarenta e um mil e cem dobras) correspondentes às receitas correntes e 45 milhões de dobras correspondentes às receitas de capital.

Artigo 3.^º Despesa.

As despesas são fixadas em STD 134.141.100,00 (cento e trinta e quatro milhões, cento quarenta e um mil e cem dobras), sendo STD 89.141.100,00 (oitenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil e cem dobras) correspondentes às despesas correntes e 45 milhões de dobras correspondentes às despesas de capital.

Artigo 4.^º Senhas de presença.

Além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede dos Jovens Parlamentares e da Rede das Mulheres Parlamentares têm direito a senhas de presença por cada reunião, no valor de STD 800,00 (oitocentas dobras), não devendo ultrapassar duas Comissões Especializadas Permanentes, por cada Deputado.

Por cada reunião extraordinária do Conselho de Administração, os seus membros têm direito a senhas de presença de igual valor aplicado nas Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional.

As senhas de presença são pagas mediante a apresentação do relatório de presenças dos Deputados, devidamente assinado.

Para o efeito do n.^º 3, o Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões remete ao Departamento de Gestão Financeira, até ao dia 14 de cada mês, o relatório acima referido.

Artigo 5.^º Faltas.

As faltas podem ser justificadas ou injustificadas, com base nas disposições do Regimento da Assembleia Nacional e do Estatuto dos Deputados.

Para cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede dos Jovens Parlamentares, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal o valor correspondente à senha de presença.

Artigo 6.^º Execução.

A execução do Orçamento da Assembleia Nacional é feita nos termos da Lei n.^º 4/2007.

Artigo 7.^º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir de Março de 2023.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 27 de Abril de 2023.

A Presidente da Assembleia Nacional, *Celmira Sacramento.*»

A Sra. **Presidente:** — Obrigada, Sra. Secretária.

Realmente aí no documento temos Março, mas podemos corrigi-lo já com a data actual e presente que é 27 de Abril.

Apresentado que está o Projecto de Resolução, vamos submeter à votação. Na Sala estão quantos Deputados?

49 Deputados. Eu tenho dois pedidos, dois Deputados pediram para se ausentar.

Os serviços estão a alertar-nos que no artigo 7.^º, entrada em vigor, deve ser a partir de 1 de Janeiro, por se tratar de um orçamento, e não a data de hoje.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Com retroactivo?

A Sra. **Presidente:** — É com retroactivo?

Vamos avançar. Vamos submeter o Projecto de Resolução à votação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo. Mas, antes Líder, o que me alertava o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, referindo-se ao artigo 108.^º, é justamente por eu não exigir que as Sras. e Srs. Deputados se levantem para fazer intervenção. Foi esta a sugestão e consideração apresentada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Agora é que está a dirigir bem.

Risos.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS/PUN): — Sra. Presidente, mais uma vez, boa tarde.

Eu tomo a palavra neste período, porque quando eu me referi ao retroactivo, houve quem se estorcesse um bocado. Eu digo retroactivo, sim. Embora o salário dos Deputados e dos trabalhadores da Assembleia Nacional não tenha aumentado, as despesas foram feitas. E as despesas foram feitas desde 11 de Novembro de 2022, até este momento.

Eu digo isso, porquê? Porque eu venho fazendo despesas com combustível, porque ainda continuo a receber combustível que era dado ao ex-Líder do Grupo Parlamentar do PCD, um total de 38 litros de gasolina. Toda gente sabe que o combustível aumentou de preço e que a Líder Beatriz Azevedo vive em Angolares. Esse ajuste deve ser feito.

Os Deputados que vivem fora do Distrito de Água Grande, continuam a vir à Assembleia Nacional participar nas reuniões das Comissões. Se nós vamos ver quais são os Deputados que chegam a tempo na Assembleia Nacional, são os Deputados que vivem fora do Distrito de Água Grande. Esses é que são os primeiros, e da diáspora, da Região Autónoma do Príncipe, a chegar à Assembleia Nacional. Mas no momento do pagamento da senha de presença, o valor é igual para todos os Deputados, mesmo para aquele que fica aqui atrás do Palácio dos Congressos. Essa injustiça não pode acontecer. Aconteceu comigo desde 2014, nunca recebi o subsídio de transporte. O Estatuto dos Deputados diz que o subsídio de transporte e de alimentação são dados no dia da reunião das comissões para todos os serviços da Assembleia Nacional. E até esse momento nada foi feito.

Então, eu quero aqui exigir o que é de direito. Quando eu vim, já eu vi as leis feitas aqui...

Risos.

... não sou eu que fiz a lei, não somos nós nesta Legislatura que fizemos lei. Essas leis já vinham.

Então, vamos pôr em prática o que está na lei, vamos exigir o que é nosso por direito. Nós não estamos a inventar nada, já está lá. A roda já foi inventada e agora nós só vamos acompanhar.

Muito obrigada.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Este é mandato de mulheres.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada.

Realmente tem razão, porque, independentemente do custo do combustível, o número mantém-se fixo, igual. Portanto, para quem vive perto da Assembleia a situação não é favorável, imaginemos a Sra. Deputada que vive em Angolares! É verdade também que para a atribuição de combustíveis há uma taxa igual para os Líderes Parlamentares e para outros elementos, funcionários da Assembleia que tem este mesmo direito. Portanto, não se atribui mais ou menos em função da distância do referido Líder. Portanto, é uma questão que se pode ver, mas por enquanto é isso que se me oferece dizer.

Sr. Presidente do Conselho de Administração, não sei se pode esclarecer a situação, mas é basicamente isto. Quer dizer, há alguma coisa a mais do que eu já disse?

A partir de lá não, porque o Sr. Deputado já me alertou.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Sra. Presidente, de facto a questão levantada pela Deputada Líder Parlamentar do Movimento de Cidadãos de Caué é uma questão legítima, tanto é que nós já discutimos ao nível dos Grupos Parlamentares, já discutimos ao nível do Conselho de Administração, e dissemos que após a aprovação do orçamento, com aquilo que o Governo irá disponibilizar como duodécimo para a Assembleia Nacional, nós vamos fazer o reajuste de facto, para os Deputados que vivem a 10 km, a 100 km, que vivem a 20 km, porque de facto hoje é igual para todos os Deputados. Vamos fixar, já falamos com os serviços, não só para os Deputados como também para os funcionários da Assembleia Nacional. Quando se fala de Assembleia Nacional, ficamos com a sessão de que a Assembleia só funciona com os Deputados. Deputado é parte da Assembleia Nacional. Portanto, são questões que já foram levantadas e que nós iremos trabalhar, após aprovação do orçamento e, se for o caso, remeteremos também ao Plenário.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. Pedro Carvalho (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, boa tarde,

Sra. Presidente, fui ver nas minhas anotações, por acaso participei na reunião do Conselho de Administração com o Ministro e lembro-me que havia algumas recomendações que saíram dessa reunião, e uma das recomendações tem a ver com os chamados órgãos autónomos. Segundo as minhas anotações, tínhamos pedido aos técnicos da Assembleia que no orçamento discriminassem esses órgãos autónomos. Somos a Casa das leis, temos que ser um pouco mais transparentes. Eu não quero com isso dizer que estamos a esconder alguma coisa. Eu queria que discriminassem os órgãos autónomos. Gabinete Técnico da Comissão Eleitoral, X, GRIP, X, Gabinete de Dados Pessoais. A reunião foi no dia 23 de Fevereiro e nós tínhamos falado sobre isso, mas eu não vejo.

Uma outra nota que quero deixar aqui é que de facto eu concordo com o Sr. Deputado Levy Nazaré, sobre a questão de terciarização dos serviços aqui na Assembleia. Verdade seja dita, a experiência de jardinagem devia estender-se. Mas também se devia estender a outros organismos públicos. Também seria uma forma de estimularmos o sector privado. Espero bem que no próximo orçamento ao menos o Conselho de Administração tenha a capacidade de apresentar um esboço de um estudo, dizendo que se nós contratássemos uma empresa de limpeza com sete ou oito pessoas os custos poderiam ser um pouco mais baixos do que contratarmos dez, doze pessoas. Temos uma relação contratual com essas pessoas de forma fixa.

Um outro aspecto que me lembro que foi levantado pela representante dos funcionários é a questão dos servidores de informática. Na altura, falou-se na aquisição e não sei como é que nós vamos fazer isso. *Data center*. Falou-se que a Assembleia precisa de três servidores e que eles iriam custar qualquer coisa como 25 000 euros.

Portanto, esta é a minha contribuição.

A Sra. Presidente: — Estava já a fechar o debate, quando houve a necessidade de alargar um pouco mais.

Para dizer que quanto à questão de *data center*, os servidores, temos um convénio com o projecto PRO-PALOP e eles prometem dar sequência, aliás já se começou, e vamos ver depois tecnicamente o que é necessário para fecharmos a questão. Eu não quero abrir o debate um pouco mais, até porque nós já estávamos a fechar, quando a Sra. Deputada pediu. E felizmente o Secretário achou por bem parar a contagem, mas é para alguma sugestão ou algo assim do orçamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Como podia reparar, eu nem sequer queria fazer uso da palavra, mas há uma questão que nos aflige a todos. Tem a ver com o Conselho Superior de Imprensa. Já que se está a falar de organismos externos, os membros propostos aqui pela Casa Parlamentar foram nomeados. Quando a Mesa da Assembleia já preparava para dar posse, salvo erro, para a constituição do novo órgão, praticamente para os novos membros tomarem posse, dá-me a impressão que são os Tribunais que não enviaram o nome, há qualquer coisa que não funcionou e nós temos estado a receber mensagens constantemente dos membros de Conselho superior de Imprensa que nós indicamos aqui e que até hoje não foram empossados e os antigos continuam como se fossem membros. Acho que todos nós estamos a receber essas mensagens. Acho que até a própria Presidente da Assembleia deve estar a receber essas mensagens. Temos que fazer as pessoas entenderem que a responsabilidade não é da Mesa da Assembleia. A Mesa fez o seu trabalho e há organismos que também precisam colaborar. O que é que se está a passar? É que os que estão lá já estão fora do prazo, entre aspas, continuam a receber o salário, penso eu, mas é preciso que o Conselho de Administração e a Mesa esclareçam isso, porque todos os dias nós estamos a receber mensagens das pessoas que foram indicadas para este organismo externo que é o Conselho Superior de Imprensa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente: — Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, até porque esta questão afecta também a Mesa, realmente eu preciso fazer o ponto da situação. Inicialmente, tinha sido eleito só um membro do Conselho Superior de Imprensa, posteriormente fez-se a eleição dos

outros e completou-se o número, mas, para o nosso espanto, no dia em que a Mesa agendou o empossamento de todos, quando estavam todos os outros membros, um e único membro não aparecia. Quando a Mesa solicitou, soube que era o senhor que seria presidente do órgão. Não podíamos empossar os outros membros, quando o presidente do órgão não estava presente, e soubemos que ele não queria, simplesmente. Não queria o cargo. Nós pedimos um outro nome, estamos à espera, mas até agora não nos enviaram o nome do substituto. Por isso, até então ainda não empossamos todo o Conselho Superior de Imprensa, lamentavelmente, mas a Mesa está a fazer expedientes no sentido de conseguir um substituto para o nome que era proposto ser presidente do Conselho Superior de Imprensa, porque o Presidente do Conselho Superior de Imprensa vem de um órgão próprio, não é eleito entre os seus pares. Ele, por si só, já vem nomeado para ser presidente do órgão. Por isso, até então, ainda não empossamos o Conselho Superior de Imprensa, lamentavelmente, mas estamos a fazer os expedientes para regularizarmos esta situação.

Muito obrigada, Líder, por levantar esta questão, porque a Mesa tem sido muito fustigada com mensagens à volta disso, parecendo que nós é que estamos a obstaculizar o empossamento do Conselho Superior de Imprensa.

Tem a palavra o Sr. Presidente, para fecharmos esta parte.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Bom, esta questão que levanta aqui o Sr. Deputado Pedro Carvalho, de facto, é uma constatação que nós tivemos relativamente ao orçamento da Assembleia. A Assembleia Nacional, quando assim entendeu e aprovou as unidades orgânicas, que são os quatro órgãos independentes que eu fiz questão de mencionar e citar os valores dos seus orçamentos, o que é que acontece? Por aquilo que eu percebi no Conselho de Administração, esses órgãos são afectos à Assembleia Nacional e aquando da sua criação também se criou... a legislação até está bem, e eu questionei isso no Conselho de Administração, como é que se transfere verbas para instituições que ninguém controla? Essas instituições autónomas afectas à Assembleia Nacional devem prestar contas perante a Assembleia Nacional. O artigo 29º, unidades orgânicas da Assembleia Nacional, já define os serviços da Assembleia Nacional. «Compreendem ainda as seguintes unidades orgânicas: a) Direcção dos Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação; b) Direcção dos Serviços de Administração e Finanças; c) Gabinete de Relações Públicas e Internacionais; d) Centro de Informática; e) Gabinete de Comunicação e Imagem; f) Gabinete de Estudo e de Revisão das Iniciativas Legislativas; e g) Gabinete de Controlo Interno e de Supervisão dos Órgãos Externos sob a tutela e junto da Assembleia Nacional», que não existe, não se criou. E acontece o que está a acontecer agora. Não só nessas questões, como aquelas instituições que arrecadam receitas, a transferência é feita através da Assembleia. Elas deveriam ter um gabinete aqui na Assembleia Nacional, que já consta na Lei, é claro. O legislador, quando preparou a Lei, e foi aprovada aqui na Assembleia Nacional, já disse «Gabinete de Controlo Interno e de Supervisão dos Órgãos Externos sob a tutela e juntos da Assembleia Nacional». O que nós percebemos, pelo menos durante esses meses que eu tenho estado no Conselho de Administração, é que ninguém presta conta à Assembleia Nacional. A única obrigação que a Assembleia Nacional tem é de pegar no valor mensal e entregar. E eu questionei, como é possível que ninguém presta conta, se nós transferimos o valor? E perguntei, é sobre a responsabilidade de quem? Do Governo Central ou da Assembleia? E os serviços disseram que existe um gabinete. E eu perguntei, onde é que está o gabinete? Disseram não, ainda não existe na Assembleia Nacional, porque não há verba. E até propus, está escrito na acta, aos membros do Conselho de Administração que criassem uma equipa com elementos já existentes da Assembleia Nacional mesmo, que se pague alguma senha ou alguma coisa, como fase experimental, para que esse gabinete funcione, para que essas questões sejam colocadas aqui. Como, por exemplo, o Gabinete Técnico Eleitoral é importante. O Gabinete de Imprensa também é importante. Não se paga salário, a quem se chama a responsabilidade? Não é o Conselho de Administração que tem que estar constantemente a chamar. Há um gabinete próprio que não existe. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, é verdade que o País atravessa um momento difícil, disse aqui o Deputado Levy Nazaré, pode-se aumentar o número de funcionário, mas há questões que mexem com os números que devem ter algum controlo do Estado.

Falou da questão de terciarização, eu concordo, e a recomendação, para terminar, o Conselho de Administração, como disse, está representado por todos os partidos com assento parlamentar, mas também Deputados que fazem parte de outros partidos e funcionários da Assembleia Nacional, inclusive também o próprio Secretário-Geral, e estamos abertos a receber recomendações, a reunirmos com as Bancadas, para

resolvermos os problemas, não só da Assembleia Nacional, como do dia-a-dia. Não podemos reunir, como eu disse, uma vez ao ano, quando temos orçamento da Assembleia Nacional para aprovação.

Portanto, espero que esta seja a minha última intervenção de esclarecimento para o dia hoje.

Sra. Presidente, mais uma vez, muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — A sua intervenção fechou mesmo o debate.

Só nos resta submeter o Projecto de Resolução à votação, na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 51 votos a favor.

Votação na generalidade, Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 3.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 4.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 5.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 6.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 7.º. Entrada em vigor, a partir de 1 de Janeiro.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aprovação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aplausos gerais.

Passemos ao ponto 4.º, discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global da Proposta de Resolução n.º 2/XII/1.ª/2023 – Que Aprova para Ratificação o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a Cooperação no Domínio da Defesa.

Eu devo chamar para apresentação o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que representa o Governo.

Quem tem o parecer comece a preparar-se.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — «No âmbito do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Defesa, o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo Federal do Brasil assinaram, em Brasília, aos 10 de Novembro de 2010, o Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa.

O referido acordo visa desenvolver as relações de cooperação no domínio da defesa, mormente no intercâmbio de informações e incremento da cooperação técnico-militar, reforço dos laços de amizade entre os dois países e as suas forças armadas, contribuindo assim para a paz, a segurança e a estabilidade internacional.

Neste âmbito, acordaram nas seguintes áreas: cursos teóricos e práticos, estágios e seminários, conferências, debates e simpósios entre entidades militares, bem como entidades civis de interesse da defesa; assistências humanitárias, busca e salvamento; saúde e assistência médica; legislação militar, apoio logístico e iniciativas relacionadas a produtos e serviços vinculados à área de defesa; eventos culturais e desportivos e quaisquer outras áreas de interesse mútuo que as partes julguem necessárias e apropriadas.

Estão devidamente estipuladas as formas de cooperação, garantias, propriedade intelectual, bem como responsabilidades financeiras, civil e outros princípios basilares que devem obedecer um acordo tipo no domínio da defesa, contemplando assim cláusulas justas e transparentes com sentido de responsabilidade entre os Estados, o Acordo em causa obedece aos princípios internacionais de um acordo, porquanto atribui às Partes prerrogativas de denunciarem, a qualquer momento, e propõe ainda acções suplementares para a sua materialização, objectos e formas de cooperação estão devidamente elencados.

O presente Acordo reveste-se de importância singular no amplo das acções de cooperação no domínio da defesa com a República Federativa do Brasil e, conforme artigo o 12.º, o Acordo em causa carece das Partes o cumprimento do pressuposto legal, ratificação para a efectiva entrada em vigor e a subsequente execução, permitindo assim materializar os propósitos definidos.»

Sra. Presidente, não sei se devo continuar, lendo a Proposta de Resolução.

É convosco.

Então, neste caso, obrigado pela atenção.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Temos o tempo para debate de 1 hora. Governo, 20 minutos, ADI, 20 minutos, o MLSTP/PSD tem 12 minutos, o MCI/PS-PUN tem 5 minutos e o BASTA tem 3 minutos. Temos o tempo disponível e, se houver debate, vamos ao debate. Se não, posso pedir à Secretaria da Mesa para apresentar o Projecto de Resolução, mas antes o parecer da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson.

O Sr. **Edmilson das Neves** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência, boa tarde.

Venho proceder à leitura do «Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 2/XII/2.ª/2023 – Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Defesa.

Introdução.

Por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, foi submetida à 1.ª Comissão Especializada Permanente, para análise e parecer, a Proposta de Resolução n.º 02/XII/2.ª/2023, Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

Para o efeito, a Comissão reuniu-se no dia 25 de Abril do corrente ano, ao abrigo do ponto 1 do artigo 199.º do Regimento da Assembleia Nacional, para proceder à apreciação do referido documento e indigitar o respectivo relator.

Enquadramento legal.

A iniciativa é exercida ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 99.º da Constituição da República, coadjuvado com os dispostos nos artigos 136.º, n.º 2 do 142.º e n.º 1 do 143.º, todos do Regimento da Assembleia Nacional.

Contextualidade.

No quadro de excelentes relações diplomáticas e de cooperação existentes entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinaram, em Brasília, aos 10 de Novembro de 2010, o Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa.

O referido Acordo visa desenvolver relações de Cooperação no Domínio da Defesa, mormente intercâmbio de informações e incremento de cooperação técnico-militar e reforço de laços de amizade entre os dois Países e as suas Forças Armadas, contribuindo assim para a paz, a segurança e a estabilidade internacional.

Ambas as Partes accordaram nas seguintes áreas: cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios entre as entidades militares, bem como entidades civis de interesse da defesa; assistência humanitária, busca e salvamento; saúde e assistência médica; legislação militar; apoio logístico e iniciativas relacionadas a produtos e serviços vinculados à área de defesa, eventos culturais e desportivos e quaisquer outras áreas de interesse mútuo que as Partes julguem necessárias e apropriadas.

O Acordo em causa obedece aos princípios internacionais de um acordo, porquanto atribui às Partes prerrogativas de denunciarem a qualquer momento, e propõe ainda acções suplementares para a sua materialização, o objecto e formas de cooperação estão devidamente elencados.

Estão devidamente estipuladas as formas de cooperação, garantias, propriedade intelectual, bem como responsabilidades financeiras, civil e outros princípios basilares que devam obedecer um acordo tipo no domínio da defesa, contemplando assim cláusulas justas e transparentes com sentido de responsabilidade entre os Estados.

O presente Acordo reveste-se de importância singular no amplo de acções de cooperação no domínio da Defesa, com a República Federativa do Brasil e acima de tudo não contraria a Constituição e as demais leis da República.

Conclusão e recomendação.

Face aos expostos, a 1.ª Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que a presente iniciativa seja submetida ao Plenário, para apreciação e votação.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

São Tomé, 24 de Abril de 2023.

O Vice-Presidente, Arlindo dos Santos.

O Relator, Edmilson das Neves.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Relator.

É de informar que a Mesa pediu parecer da 1.ª e da 4.ª Comissões, mas a 4.ª Comissão, através de um ofício, informou à Mesa que não teve tempo material para a apresentação dos respectivos pareceres, digo dos respectivos, porque também serve para a outra resolução que vem a seguir.

Então, Sra. Secretária da Mesa, por favor.

A Sra. **Secretária**: — Sra. Presidente, passo à leitura do «Texto Final da Proposta de Resolução n.º 02/XII/1.ª/2023 – Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

Preâmbulo.

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República Federativa do Brasil assinaram, em Brasília, aos 10 de Novembro de 2010, o Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa.

O referido Acordo visa desenvolver relações de cooperação no domínio da defesa, mormente intercâmbio de informações e incremento de cooperação técnico-militar e reforço de laços de amizade entre os dois Países e as suas Forças Armadas, contribuindo assim para a paz, a segurança e a estabilidade internacional.

Neste âmbito, accordaram nas seguintes áreas: cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios entre entidades militares, bem como entidades civis de interesse da defesa; assistência humanitária, busca e salvamento; saúde e assistência médica; legislação militar, apoio logístico e iniciativas relacionadas a produtos e serviços vinculados à área da defesa; eventos culturais e desportivos e quaisquer outras áreas de interesse mútuo que as Partes julguem necessárias e apropriadas.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação.

É aprovado, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, no dia 10 de Novembro de 2010, que dele faz parte integrante a presente Resolução.

Artigo 2º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Abril de 2023.

A Presidente da Assembleia Nacional, *Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»*

A Sra. **Presidente**: – Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Vamos submeter à votação, na generalidade, o Texto Final da Proposta de Resolução n.º 02/XII/1.ª/2023 – Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade com 51 votos a favor.

Vamos submeter à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 51 votos a favor.

Artigo 1º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 51 votos a favor.

Artigo 2º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 51 votos a favor.

Final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 51 votos a favor.

Vamos passar ao último ponto da nossa agenda, discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Resolução n.º 03/XII/1.ª/2023, que Aprova para Ratificação o Acordo de Cooperação no domínio da Defesa, entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares: — Obrigado uma vez mais, Sra. Presidente.

O Governo submeteu, para aprovação desta Augusta Assembleia e consequente ratificação de Sua Excelência o Presidente da República, o Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa, entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde.

«O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde assinaram, em Praia, em 1 de Agosto de 2018, o Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa.

O referido Acordo visa desenvolver relações de cooperação no domínio da defesa, mormente intercâmbio de informação e intensificação da cooperação militar, reforço de boas relações existentes assentes nos princípios da reciprocidade, de igualdade, em conformidade com as legislações nacionais e compromissos internacionais.

Neste âmbito, acordaram nas seguintes áreas: segurança marítima, educação, formação e treino; participação em exercícios e operações militares conjuntas, trocas de experiências e conhecimentos, trocas de informações em quaisquer outras áreas que as partes julgarem necessárias e apropriadas.

Estão devidamente estipuladas as formas de cooperação, organização e mecanismos de implementação, bem como responsabilidades financeiras e civil, e outros princípios basilares que devem

obedecer um acordo do tipo, no domínio da defesa, contemplando assim cláusulas justas, transparentes, com sentido de responsabilidades entre os Estados.

O Acordo em causa obedece os princípios internacionais de um acordo, porquanto atribui às Partes prerrogativas de denunciarem a qualquer momento, propõe ainda acções suplementares para a sua materialização, o objecto e formas de cooperação e o objecto e formas de cooperação estão devidamente elencados.

O presente Acordo reveste-se de importância singular no amparo de acção de cooperação no domínio da defesa com a República de Cabo Verde e, conforme o artigo 13.º do Acordo em causa, carece das Partes o cumprimento do pressuposto legal e ratificação, para a efectiva entrada em vigor e subsequente execução, permitindo assim materializar os propósitos definidos.»

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Convido o Sr. ou a Sra. Deputada, Relator ou Relatora da 1.ª Comissão, mais uma vez, para apresentar o parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson.

O Sr. **Edmilson das Neves** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

«Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 03/XII/2.ª/2023 – Acordo de Cooperação entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde no Domínio da Defesa.

1. Introdução

Por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, foi submetida à 1.ª Comissão Especializada Permanente, para análise e parecer, a Proposta de Resolução n.º 03/XII/2.ª/2023, Acordo de Cooperação entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Defesa.

Para o efeito, a Comissão reuniu-se no dia 25 de Abril do corrente ano, ao abrigo do ponto 1 do artigo 199.º do Regimento da Assembleia Nacional, para proceder à apreciação do referido documento e indigitar o respectivo relator.

2. Enquadramento legal.

A iniciativa é exercida ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 99.º da Constituição da República, coadjuvado com os dispostos nos artigos 136.º, n.º 2 do 142.º e n.º 1 do 143.º, todos do Regimento da Assembleia Nacional.

3. Contextualidade.

No quadro de excelentes relações diplomáticas e de cooperação existentes entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinaram em Praia, em 01 de Agosto de 2018, o Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa.

O referido Acordo visa desenvolver relações de Cooperação no Domínio da Defesa, mormente intercâmbio de informações e intensificação da cooperação militar, reforço de boas relações existentes, assentes nos princípios da reciprocidade, de igualdade, em conformidade com as legislações nacionais e compromissos internacionais.

Ambas as Partes accordaram nas seguintes áreas: segurança marítima, educação, formação, treino e participação em exercícios e operações militares conjuntas; troca de experiências, de conhecimentos de informações e outras áreas que as Partes julgarem necessárias e adequadas.

O Acordo em causa obedece aos princípios internacionais de um acordo, porquanto atribui às Partes prerrogativas de denunciarem a qualquer momento, e propõe ainda as acções suplementares para a sua materialização, o objecto e as formas de cooperação estão devidamente elencados.

Estão devidamente estipuladas as formas de cooperação, organização e mecanismo de implementação, bem como responsabilidades financeiras e civil e outros princípios basilares que devam obedecer um acordo tipo no domínio da defesa, contemplando assim cláusulas justas e transparentes, com sentido de responsabilidade entre os Estados.

O presente Acordo reveste-se de importância singular no amparo de acções de cooperação no domínio da defesa com a República de Cabo Verde e, acima de tudo, não contraria a Constituição e as demais leis em vigor.

4. Conclusão e recomendação.

Face aos expostos, a 1.ª Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que a presente iniciativa seja submetida ao Plenário, para apreciação e votação.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

São Tomé, 24 de Abril de 2023.

O Vice-Presidente, Arlindo dos Santos.

O Relator, Edmilson das Neves.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Relator.

Temos 1 hora para o debate.

Aberta a inscrição, não há debate, não há inscrição.

Peço à Sra. Secretária da Mesa que faça a apresentação do Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Texto Final da Proposta de Resolução n.º 03/XII/1.ª/2023 – Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

Preâmbulo.

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde celebraram, em Praia, a 10 de Agosto de 2018, o Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa.

O referido Acordo visa desenvolver relações de cooperação no domínio da defesa, mormente intercâmbio de informações e intensificação da cooperação militar, reforço de boas relações existentes nos princípios da reciprocidade, da igualdade, em conformidade as legislações nacionais e compromissos internacionais.

Neste âmbito, acordaram nas seguintes áreas: segurança marítima, educação, formação e treino, participação em exercícios e operações militares conjuntas, troca de experiência e conhecimentos, troca de informações e quaisquer outras áreas que as partes julgarem necessárias e apropriadas.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos das alíneas b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação.

É aprovado, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Praia, no dia 01 de Agosto de 2018, que dele faz parte integrante a presente Resolução.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 25 de Abril de 2023.

A Presidente da Assembleia Nacional, *Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.*»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos submeter à votação o Texto Final da Proposta de Resolução n.º 03/XII/1.ª/2023, que é o Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República de Cabo Verde sobre Cooperação no Domínio da Defesa. Temos na Sala 50 Deputados.

Vamos submeter à votação, na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos submeter à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 50 votos a favor.

Assim sendo, esgotados que estão os pontos da ordem do dia da plenária de hoje, vamos terminar, agradecendo a todos Srs. Deputados, a todas as Sras. Deputadas, aos Técnicos da Assembleia, Técnicos da Comunicação Social e, de alguma forma especial também, a todos e a todas que nos acompanharam pelas nossas transmissões, quer da Rádio, quer da Televisão, quer online. A todos muito obrigada e até a próxima ocasião.

Está terminada a sessão.

Aplausos.

Eram 17 horas e 30 minutos.